

cadernos sempreviva

Reflexões e práticas de transformação feminista

Renata Moreno
(Org.)



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Reflexões e práticas de transformação feminista

CADERNOS SEMPREVIVA

Uma publicação da SOF - Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Sempreviva Organização Feminista

M843r Reflexões e práticas de transformação feminista/
Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p.
(Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e
Feminismo, 4)

ISBN 978-85-86548-26-0

1. Feminismo 2. Gênero, raça e classe 3. Cidade
4. Cultura I.Título

CDU – 305

CADERNOS SEMPREVIVA
Textos para a ação feminista

Reflexões e práticas de transformação feminista

Renata Moreno
(Org.)



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

São Paulo
2015

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Maria Luiza da Costa

Presidente

Vera Lúcia Ubaldino Machado

Vice-presidente

Marilane Oliveira Teixeira

1ª Tesoureira

Camila Cristina Furchi

2ª Tesoureira

Sonia Maria dos Santos

1ª Secretária

Táli Pires de Almeida

2ª Secretária

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria

Coordenadora Geral

Miriam Nobre

Sonia Maria C. G. Orellana

Maria Fernanda P. Marcelino

Renata Moreno

Sheyla Saori

Carla Vitória

Helena Zelic

Daniela Ianovali

Vivian Ferreira Franco

Equipe Administrativa

Laís Sales Costa

Gerente Administrativa

Andréia Dias Pereira

Elaine Campos Bruno

Agda C. Almeida Oliveira

Antônio Pinheiro Maciel Filho

Endereço

Rua Ministro Costa e Silva, 36

Pinheiros - CEP 05417-080

São Paulo/SP – Brasil

Tel/fax: (011) 3819 3876

correio eletrônico: sof@sof.org.br

<http://www.sof.org.br>

Diagramação

Jéssika Martins Ribeiro

Impressão

Pigma

Tiragem:

1.500 exemplares

Apoio

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ **07**

**EM DIREÇÃO A UMA NOVA VISÃO: RAÇA, CLASSE E GÊNERO
COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE E CONEXÃO**
Patricia Hill Collins _____ **13**

**ENTRE O CAPITAL E A VIDA:
PISTAS PARA UMA REFLEXÃO FEMINISTA SOBRE AS CIDADES**
Renata Moreno _____ **43**

A CULTURA DAS MULHERES MUDA O MUNDO
Carla Vitória e Helena Zelic _____ **75**

APRESENTAÇÃO

O feminismo que se orienta pela construção de um mundo no qual a igualdade seja um princípio organizador costuma sempre alertar que as conquistas das mulheres não percorrem um caminho linear. Nos anos 1990, quando prevalecia uma visão triunfalista sobre os direitos das mulheres, sobretudo em espaços internacionais pautados pelas Nações Unidas, alertamos que o mercado estava reorganizando a vida das mulheres e isso nos colocava novos desafios¹. Nos anos 2000, mudar o mundo e mudar a vida das mulheres, ao mesmo tempo, foi a visão que orientou a construção de agendas políticas que colocaram o feminismo no centro das lutas contra o neoliberalismo e o livre comércio na América Latina. Para isso, as mulheres se posicionaram no debate econômico ao reivindicar a valorização do salário mínimo como uma agenda feminista e impulsionaram uma ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres baseada na auto-organização, na retomada da mobilização e em práticas feministas de ocupação de espaços públicos, com batucadas e intervenções urbanas. A diversidade das mulheres que protagonizaram estes processos é sem dúvida uma marca da construção deste feminismo anti-sistêmico, não institucionalizado e militante no Brasil.

Olhar para esse processo de construção nos ajuda a refletir sobre o momento em que vivemos hoje. Ao longo de

¹ Desafios do livre mercado para o feminismo. Nalu Faria e Richard Poulin, Cadernos Sempreviva, 2005.

2015, a Marcha Mundial das Mulheres realizou sua quarta ação internacional. No Brasil, a ação se realizou de forma descentralizada passando por 10 estados diferentes, conectando as resistências das mulheres frente ao avanço do capitalismo patriarcal sobre os nossos corpos, trabalho e territórios. Com o eixo “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, esta foi uma ação de formação política e mobilização para denunciar as causas que nos oprimem e nos discriminam como mulheres em todo o mundo. Descentralizada, a quarta ação permitiu fortalecer as resistências e alternativas das mulheres, conectando a resistência das indígenas contra o genocídio e o agronegócio no Mato Grosso do Sul, com a das trabalhadoras rurais que enfrentam a mineração em Minas Gerais. Também conectou as estratégias das mulheres para garantir a autonomia sobre seu corpo no Rio Grande do Sul, ao enfrentamento à violência sexista no Ceará e na Paraíba; a construção da agroecologia no Rio Grande do Norte se conectou com a luta por autonomia econômica em São Paulo e a denúncia da exploração do trabalho das mulheres pelas empresas transnacionais nas 24 horas de solidariedade feminista.

Este também foi o ano em que a Marcha das Margaridas reuniu mais de 70 mil mulheres do campo, das águas e da floresta em sua quinta edição, afirmando que a crise não se resolve com ajuste e sim com mais investimento na geração de igualdade e políticas públicas. Pouco tempo depois, o feminismo ocupou as ruas de muitas cidades para denunciar o conservadorismo misógino que toma conta do Congresso Nacional, e a Marcha das Mulheres Negras levou novamente o feminismo para as ruas de Brasília. Ainda que algumas análises

sobre essas recentes lutas feministas insistam em dizer que esse é um fenômeno novo, é inegável que trata-se de um processo de acúmulo político do feminismo que conecta diferentes gerações políticas e diversas mulheres em movimento.

Em luta por autonomia sobre nossos corpos e nossas vidas, já denunciávamos a onda conservadora que se intensificou neste ano, e estas mobilizações permitem afirmar que a resistência que já estava em construção também se intensificou.

Olhar para as iniciativas legislativas facilita a compreensão de que o conservadorismo está em uma ofensiva articulada, que passa pela retirada dos direitos com a terceirização, pela legitimação do encarceramento e genocídio da juventude negra com a redução da maioria penal, pelo avanço do capital sobre os territórios do novo código mineral ou dos entraves colocados pelo agronegócio à demarcação das terras indígenas, pela criminalização das mulheres em todas as iniciativas reacionárias referentes ao aborto, pelo reforço da heteronormatividade e da divisão sexual do trabalho com o estatuto da família, e a lista poderia ir além. Essas iniciativas legislativas se encontram conectadas a expressões do conservadorismo na sociedade, seja na banalização da violência nos espaços públicos e privados, do controle e mercantilização do corpo e da sexualidade, no individualismo e consumismo como norma.

O feminismo há muito tempo tem contribuído para uma compreensão ampliada da política para além da institucionalidade, e da economia para além do mercado. Já sabemos que a história como é contada, a notícia como é produzida, a teoria como é sistematizada costuma ser enviesada

e ter como referência a experiência de uma pequena parcela de homens da elite, em sua maioria brancos, para sedimentar uma visão de mundo que exclui uma parcela grande da população do poder, da fala, do lugar de sujeitos. Corremos o risco de que visões estreitas sobre o conservadorismo, mesmo na esquerda, secundarizem ou ocultem os ataques que as mulheres, a população negra, as lésbicas, gays e transexuais vem sofrendo, assim como o risco de que a força de suas resistências não sejam reconhecidas como fundamentais para enfrentar os retrocessos que ameaçam a nossa sociedade de forma geral.

O primeiro texto deste Caderno Sempre Viva nos fornece um subsídio importante para enfrentar esse debate, retomando elementos que nos ajudam a compreender a imbricação das dominações e desigualdades que estruturam as relações sociais. As reflexões apresentadas por Patricia Hill Collins no texto *“Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”* datam de mais de 25 anos, mas permanecem atuais. Ela aborda as conexões entre gênero, raça e classe em uma perspectiva de interseccionalidade que converge com a proposta de consubstancialidade que nos foi apresentada por Daniele Kergoat. Ou seja, sua reflexão vai além de identificar uma somatória das opressões, como se cada uma das dimensões correspondesse a uma posição fixa, mas sim no sentido de compreender a imbricação das mesmas no terreno das relações sociais, que são dinâmicas.

Consideramos esta tradução muito oportuna neste ano em que as mulheres negras construíram um amplo processo de mobilização, colocando o enfrentamento ao racismo e ao machismo com peso na agenda política brasileira e proporcionando reflexões importantes para o conjunto do

movimento feminista. No pensamento desta feminista negra que vive nos Estados Unidos, a teoria caminha entrelaçada com a ação política, e sua reflexão pontua que a hierarquização entre as opressões é infrutífera e reproduz a lógica do pensamento dicotômico que contribui muito pouco para transformações sociais profundas, que alcance as bases materiais das desigualdades e a subjetividade das pessoas. Muitas vezes as conexões entre gênero e raça, ou gênero e classe, se dão de forma paralela no feminismo. A visão proposta neste texto dá conta de compreender as conexões entre gênero, raça e classe. Este é um desafio que identificamos na reflexão e ação política do feminismo anti-capitalista e anti-racista, com a perspectiva internacionalista e anti-colonialista que buscamos construir na Marcha Mundial das Mulheres.

O texto *“Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades”* de Renata Moreno, procura seguir o caminho de reflexões da SOF sobre o atual modelo de (re) produção e consumo em conexão com a reflexão sobre os territórios das mulheres, que são compostos por nossos corpos, pelo lugar onde vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas lutas, nossas relações comunitárias e nossa história. Este texto parte dos acúmulos da economia feminista e da crítica a mercantilização do corpo e da vida para buscar articular uma reflexão sobre os desafios de transformação que a realidade das grandes cidades nos impõe hoje, com a segregação, a violência e a expropriação do nosso tempo cada vez mais acelerada.

As práticas feministas marcam o texto que fecha este Caderno. *“A cultura das mulheres muda o mundo”*, de Carla Vitória e Helena Zelic, sistematiza um conjunto de reflexões que realizamos neste ano como Ponto de Cultura Feminista, e

que partiram de um acúmulo de visões que já construímos há mais tempo na SOF e na relação com a Marcha Mundial das Mulheres sobre o feminismo como cultura contra-hegemônica. Nossa atuação combinou a exibição de filmes produzidos por mulheres de países da África, Ásia e Oriente Médio, cursos de formação em comunicação feminista na internet, criptografia e audiovisual, oficinas da Fuzarca Feminista e a realização da primeira Virada Feminista da cidade de São Paulo, que envolveu mais de 100 mulheres artistas e militantes feministas. A Virada foi um momento de afirmação do feminismo como movimento e do feminismo como prática de construção de novas relações, de horizontalidade em processos criativos, de solidariedade e de auto-organização.

A cultura feminista como estratégia de ocupação dos espaços públicos pelo feminismo irreverente e criativo também foi uma marca da quarta ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres neste ano. As praças de diversas partes do Brasil foram ocupadas: por mulheres latino-americanas que cantaram e batucaram em luta pela legalização do aborto na fronteira do Brasil com o Uruguai, por mulheres negras que ocuparam as praças contra a violência e a militarização da vida e dos territórios no Rio de Janeiro, e na Virada Feminista Agroecológica e Cultural que afirmou, em Mossoró, no Rio Grande do Norte o mundo que as mulheres já estão construindo, costurando resistências, reflexões e práticas de transformação feminista.

As reflexões e práticas caminham juntas: as mulheres resistem e, a partir destas resistências cotidianas, distribuídas mas também conectadas constroem experiências concretas de transformação feminista.

Renata Moreno e Nalu Faria

EM DIREÇÃO A UMA NOVA VISÃO: RAÇA, CLASSE E GÊNERO COMO CATEGORIAS DE

ANÁLISE E CONEXÃO¹

Patricia Hill Collins

O verdadeiro foco da mudança revolucionária não está nunca meramente nas situações opressivas das quais almejamos escapar, mas naquele pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós.

Audre Lorde, *Sister Outsider*, 123

A afirmação de Audre Lorde levanta uma questão problemática para as/os acadêmicas/os e ativistas que trabalham por mudanças sociais. Enquanto muitos de nós temos poucas dificuldades em acessar nossas próprias discriminações² dentro de algum amplo sistema de opressão, seja ela por raça, classe social, religião, orientação sexual, etnia, idade ou gênero, nós normalmente falhamos em ver como nossos pensamentos e ações agem na manutenção da subordinação de outras pessoas. Assim, comumente feministas apontam com confiança para suas opressões sofridas por serem mulheres, mas resistem em ver o quanto de privilégio sua pele branca lhes traz. Afro-americanos que têm análises eloquentes sobre o racismo, frequentemente persistem em ver mulheres

1 O texto original em inglês “Toward A New Vision: Race, Class and Gender as Categories of Analysis and Connection” foi apresentado na abertura do Workshop “Integrating Race and Gender into the College Curriculum”, realizado em 1989 no Center for Research on Women, Memphis State University. Agradecemos à autora pela autorização para a tradução e publicação neste Caderno Sempreviva. Traduzido por Júlia Clímaco.

2 Nota da tradutora (NT): lê-se no original “victimization”

brancas pobres como símbolo do poder branco. A esquerda radical não se sai muito melhor. “Se ao menos pessoas negras e mulheres pudessem ver seus verdadeiros interesses de classe”, argumentam, “a solidariedade de classe poderia eliminar o racismo e o machismo”. Em essência, cada grupo identifica o tipo de opressão que se sente mais à vontade em atribuir como fundamental e classificam todos os outros tipos como menos importantes.

A opressão tem muitas contradições como essas. Erros em julgamentos políticos que cometemos em relação a como damos nossos cursos, o que contamos a nossas crianças, e quais organizações são merecedoras de nosso tempo, talento e suporte financeiro advêm de erros em análises teóricas sobre a natureza da opressão e ativismo. Apenas quando percebermos que existem poucos/as que são puramente vítimas ou opressores, e que cada um de nós experimentamos uma variedade de punições e privilégios de um sistema de opressão múltiplo que enquadra nossa vida, estaremos em condição de ver a necessidade de novas formas de pensamento e ação.

Para alcançarmos aquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, necessitamos de, ao menos, duas coisas. Primeiramente, precisamos de novas visões sobre o que é a opressão. Precisamos de novas categorias de análise que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas. Aderir a comparações e hierarquizações de opressões – o proverbial “sou mais oprimido que você” – nos prende em uma perigosa dança em que competimos por atenção, recursos e supremacia teórica. Ao invés disso, sugiro que examinemos nossas diferentes

experiências dentro da mais fundamental relação de danação e subordinação. Focar nos arranjos particulares que raça e gênero têm em nosso tempo e lugar, sem ver essas estruturas como dimensões às vezes paralelas e às vezes interligadas da relação mais fundamental de dominação e subordinação, pode, temporariamente, aliviar nossa consciência. Entretanto, embora tal pensamento possa levar a reformas sociais de curto prazo, é simplesmente inadequado para a tarefa de provocar transformações sociais de longo prazo.

Enquanto raça, classe e gênero como categorias de análise são fundamentais para nos ajudar a entender as bases estruturais de dominação e subordinação, novas maneiras de pensar desacompanhadas de novas maneiras de agir oferecem possibilidades incompletas de mudanças. Para chegarmos naquele “pedaço do opressor que está plantado profundamente em cada um de nós”, precisamos também mudar nossos comportamentos diários. Atualmente, estamos todas/os envolvidas/os em uma complexa rede de relações problemáticas que garantem aos nossos semelhantes uma subjetividade humana completa, enquanto estereotipa e objetifica àqueles/as mais diferentes de nós. Frequentemente, assumimos que as pessoas com as quais trabalhamos, para as quais ensinamos, com as quais deixamos nossos filhos na escola, que sentam ao nosso lado, vão agir e sentir de maneira predefinida por pertencerem a determinada categoria de raça, classe social ou gênero. Esses julgamentos por categorias têm de ser substituídos por relações completamente humanas que transcendam as diferenças criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise. Precisamos de novas categorias de conexão, novas visões de como podem ser nossas relações com os outros.

Essa discussão se dirige, então, à necessidade de novos padrões de pensamento e ação. Eu me centrarei em duas questões básicas. Primeiro, como podemos redefinir raça, classe e gênero como categorias de análise? Segundo, como podemos transcender as barreiras criadas através das nossas experiências com as opressões de raça, classe e gênero para que possamos construir os tipos de coalizões essenciais para câmbios sociais³? Para dirig/r-se a essas questões, insisto que temos que adquirir novas teorias de como raça, classe e gênero moldaram as experiências não apenas de mulheres negras, mas de todos os grupos. Além disso, nós temos que ver as conexões entre essas categorias de análise e as questões pessoais de nosso dia a dia, particularmente na nossa construção de conhecimento, no nosso ensino e nas nossas relações com colegas e estudantes. Como Audre Lorde aponta, as mudanças começam dentro de si e as relações que temos com aquelas/es que estão a nossa volta devem sempre ser o primeiro e privilegiado lugar para a mudança social.

COMO PODEMOS REDEFINIR RAÇA, CLASSE E GÊNERO COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE?

Para mim, devemos afastar nossos discursos de análises somatórias ou aditivas da opressão (Spelman, 1982; Collins, 1989). Essas abordagens são tipicamente baseadas em duas premissas chaves. A primeira é que elas dependem do pensamento dicotômico do ou/ou⁴. Pessoas, coisas e ideias são definidas em relação aos seus termos opostos. Por exemplo,

3 NT: lê-se, no original, “social exchange”.

4 NT: o original é “either/or”, alusão a uma distinção entre operadores lógicos.

negro/branco⁵, homem/mulher, pensamento/sentimento, fato/opinião são definidos como termos opostos. Pensamento e sentimento não são vistos como duas maneiras diferentes e interconectadas de abordar verdades que podem coexistir no conhecimento acadêmico e no ensino. Ao invés disso, o sentimento e a emoção são definidos como antítese da razão, como seu oposto. Apesar de todos/as termos identidades “ambos/e⁶” (eu sou ambos: professora universitária e mãe – eu não paro de ser uma mãe quando deixo meu filho/a na escola, ou tampouco esqueço tudo que eu aprendi quando limpo uma privada), nós seguimos tentando classificar em termos de categorias excludentes, como ou/ou. Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido. Se torna conceitualmente impossível a posição “ambos/e”, em que o indivíduo é simultaneamente oprimido e opressor.

Uma segunda premissa das análises somatórias ou aditivas da opressão é que essas diferenças dicotômicas têm de ser hierarquizadas. Um lado da dicotomia é comumente rotulado como dominante e o outro como subordinado.

5 No texto original, esses termos estão com letra maiúscula, o que ocorre ao longo do texto, assim como acontece com outras categorias étnicas-raciais, como afro-americanas, nativo-americana e asiático-americana.

6 NT: o original é “both/and”, também alusão a uma distinção entre operadores lógicos.

Assim, brancos comandam⁷ negros, homens são considerados superiores à mulheres e a razão é preferida à emoção. Aplicar essa premissa em discussões de opressão nos leva à suposição de que a opressão pode ser quantificada e que alguns grupos são mais oprimidos que outros. Frequentemente me perguntam: “O que tem sido mais opressor para você, seu *status* de pessoa negra ou seu *status* de mulher?” O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos *status*. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente?

Análises somatórias da opressão se assentam, diretamente, nos pilares gêmeos de pensamento ou/ou e na necessidade de quantificar e hierarquizar todas as relações para que se saiba onde alguém se localiza. Essas abordagens veem as mulheres afro-americanas, tipicamente, como sendo mais oprimidas que todos/as porque a maioria das mulheres negras experimenta os efeitos negativos das opressões de raça, classe e gênero simultaneamente. Em essência, se juntássemos as diferentes opressões, teríamos uma opressão maior do que a soma de suas partes.

Não nego que grupos específicos vivam uma experiência de opressão mais dura que outros – linchamento é certamente pior do que ser considerada um objeto sexual. Entretanto, temos que ser cuidadosas/os para não confundirmos essa questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões. Raça, classe ou gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas auto

⁷ NT: O original é “rule”.

definições das pessoas. Em alguns contextos, como o período conhecido como *antebellum*⁸ no sul dos Estados Unidos e na América do Sul contemporânea, a opressão racial é mais visível, enquanto que em outros contextos, como no Haiti, em El Salvador ou na Nicarágua, a opressão de classe social pode ser mais aparente. Para mulheres brancas de classe média, o gênero pode assumir uma primazia sobre suas experiências, que não é equivalente para mulheres hispânicas pobres que lutam com suas contínuas questões de trabalhos mal remunerados e suas frustrações com a burocracia das políticas de bem-estar social. Esse reconhecimento de que uma categoria pode ter primazia sobre outras por determinado tempo e lugar não minimiza a importância teórica de supor que raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações.

Para que possamos nos mover em direção às novas visões do que é a opressão, penso que precisamos elaborar novas perguntas. Como se estruturam e se mantêm as relações de dominação e subordinação na economia política norteamericana? Como raça, classe e gênero funcionam como sistemas paralelos e imbricados que moldam essa mesma relação básica de dominação e subordinação? Perguntas como essas podem nos afastar de lutas teóricas infrutíferas, preocupadas com a hierarquização das opressões, e nos encaminhar na direção de análises que assumam que raça, classe e gênero estão conjuntamente presentes em qualquer cenário, mesmo que pareça ser mais visível e proeminente em uns que em outros. Nossa tarefa é, então, redefinir a opressão, desvelando as conexões existentes entre raça, classe e gênero

8 NT: *Antebellum* significa antes da guerra e é usado para designar a situação histórica que levou à Guerra da Secessão Americana

como categorias de análise.

1. DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DA OPRESSÃO

O argumento de Sandra Harding de que a opressão de gênero é estruturada ao longo de três dimensões – a institucional, a simbólica e a individual – oferece um modelo útil para uma análise mais abrangente que englobe as opressões de raça, classe e gênero (Harding, 1986). Relações sistêmicas de dominação e subordinação estruturadas por meio de instituições sociais, tais como escolas, negócios, hospitais, locais de trabalho e agências governamentais, representam a dimensão institucional da opressão. Tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições. Muito embora as ações da dimensão institucional da opressão sejam, frequentemente, obscurecidas com reivindicações de igualdade de oportunidades, a verdade é que raça, classe e gênero posicionam mulheres asiático-americanas⁹, homens nativo-americanos, homens brancos, mulheres afro-americanas e outros grupos em nichos institucionais distintos, que tem graus variados de punições e privilégios.

Mesmo que eu me dê conta de que muitas pessoas não compartilhariam da afirmação a seguir, vamos assumir que as instituições da sociedade norte-americana discriminem, intencionalmente ou por acidente. Ainda que muitas de nós saibamos como raça, gênero e classe operam separadamente para estruturar as desigualdades, meu foco está em como esses três sistemas se entrelaçam para estruturar a dimensão

9 NT: lê-se, no original, “Asian-American women, Native American men, White men, African-American women”.

institucional da opressão. Para chegar à natureza desse entrelaçamento, vamos pensar nas *plantations* do período *antebellum*¹⁰ como uma metáfora condutora para uma variedade de instituições sociais norte-americanas. Muito embora a escravidão seja tipicamente analisada como uma instituição racista e, ocasionalmente, como uma instituição de classe, eu sugiro que a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero. Retirar qualquer uma dessas peças diminui nosso entendimento da real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão.

A escravidão foi uma instituição profundamente patriarcal. Ela se apoiava no princípio dual da autoridade do homem branco e em sua propriedade, uma junção das esferas políticas e econômicas dentro da instituição familiar. A heterossexualidade era presumida e era esperado que todos os/as brancos/as se casassem. O controle sobre a sexualidade das mulheres brancas abastadas foi central para a escravidão, uma vez que as propriedades deveriam ser passadas aos herdeiros legítimos dos senhores de escravos. Assim, assegurar a virgindade e a castidade dessas mulheres brancas estava intimamente atrelado à manutenção das relações de propriedade.

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o *status* das mulheres negras era fundamental para manter todas

10 NT: lê-se, no original, “antebellum plantation”.

as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas.

Mulheres afro-americanas compartilhavam o *status* desvalorizado de escravas com seus maridos, pais e filhos. O racismo extirpou dos negros e negras, como grupo, seus direitos legais, sua educação e o controle sobre suas próprias vidas. Afro-americanos podiam ser chicoteados, marcados a fogo, vendidos ou mortos, não porque eram pobres ou porque eram mulheres, mas simplesmente porque eram negros e negras. O racismo assegurou que a população negra continuaria a servir a população branca e a sofrer a exploração econômica por suas mãos.

Assim, temos uma cadeia de comando muito interessante nas *plantations*: o abastado senhor branco como o patriarca regente, sua esposa branca como sua boa companheira para servi-lo, para ajudá-lo a cuidar de sua propriedade e para criar seus herdeiros, seus serviços fiéis cuja produção e reprodução estavam ligadas às necessidades da economia política capitalista; enquanto isso, homens e mulheres brancos/as, não-proprietários, da classe trabalhadora assistiam de longe. Essencialmente, a base para os papéis contemporâneos das mulheres brancas de elite, mulheres negras pobres, homens brancos trabalhadores, dentre uma série de outros grupos, pode ser nitidamente vista nessa instituição norte-americana fundamental. Enquanto negros eram submetidos aos mais duros tratamentos na escravidão que, assim, fizeram da escravidão uma instituição visivelmente racista, raça, gênero e classe se entrelaçavam na organização, sistêmica e estruturante

de dominação e subordinação da escravidão.

Até os dias de hoje, as *plantations* continuam sendo uma metáfora convincente para a opressão institucional. Certamente as condições atuais de opressão não são tão severas quanto elas eram naquela época. Argumentar, como algumas pessoas o fazem, de que as coisas não mudaram tanto assim, deprecia as conquistas daqueles e daquelas que lutaram por mudanças sociais antes de nós. Contudo, as relações básicas entre homens negros, mulheres negras, mulheres brancas da elite, homens brancos da elite, homens da classe trabalhadora e mulheres da classe trabalhadora como grupos seguem essencialmente intactas.

Uma análise breve das instituições sociais norte-americanas centrais majoritariamente controladas por homens brancos deveria nos convencer da natureza imbricada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão institucional da opressão. Por exemplo, se você é de uma universidade norte-americana, seu *campus* é uma *plantation* moderna? Quem controla a economia política da sua universidade? Os homens brancos da elite estão super-representados entre os altos administradores que controlam as finanças e a política de sua universidade? Aos homens brancos da elite estão se somando mulheres brancas da elite como suas boas companheiras? Que tipo de pessoa está na sua sala de aula, fomentando a próxima geração que vai ocupar essas e outras posições como tomadores de decisão? Quem é o pessoal de apoio que elabora a correspondência geral, que encomenda material, que conserta os canos que estão vazando? As pessoas afro-americanas, hispânicas, de outras raças e etnias formam a maioria das/os trabalhadoras/es invisíveis que te alimentam, que lavam sua

louça, que limpam seu escritório e sua biblioteca depois que todas as outras pessoas já foram para casa?

Se seus colegas se parecem minimamente aos meus, você sabe a resposta a essas questões. Você pode estar ligada/o a uma instituição que tenha uma mulher hispânica como vice-presidente de finanças ou que tenha um número substantivo de homens negros entre os professores. Se assim for, você tem sorte. Muito mais comum do que isso são instituições de ensino superior nas quais sobrevive uma versão modificada da *plantation* como metáfora para a dimensão institucional da opressão.

2. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA OPRESSÃO

Generalizando, ideologias socialmente validadas usadas para justificar relações de dominação e subordinação englobam a dimensão simbólica da opressão. O uso estereotipado ou controlado de imagens de grupos de raça, classe e gênero diversos é central neste processo. Para acessar o poder dessa dimensão da opressão, quero que você faça uma lista, ou no papel ou mentalmente, de características “masculinas” e “femininas”. Se sua lista for parecida com a que a maioria das pessoas faz, ela reflete alguma variação do que se segue:

Masculino	Feminino
agressivo	passiva
líder	seguidora
racional	emocional
forte	fraca
intelectual	física

Essa lista não apenas reflete o tipo de pensamento dicotômico do ou/ou e a necessidade de hierarquizar ambos

os lados da dicotomia, mas abre questionamentos em relação a que tipos de homens e mulheres, exatamente, você tinha em mente quando compilou essa lista de características. Essa lista se aplica, quase que exclusivamente, a homens brancos e mulheres brancas e de classe média. As qualidades supostamente “masculinas” que você provavelmente listou só são aceitáveis quando demonstradas por homens brancos da elite ou quando usada por homens negros e hispânicos uns contra os outros ou contra mulheres negras e hispânicas. Homens negros e hispânicos agressivos são vistos como perigosos, sem poder e são frequentemente punidos quando eles demonstram qualquer uma das características supostamente “masculinas”. Homens brancos e pertencentes à classe trabalhadora se saem levemente melhores e a eles também são negados os símbolos supostamente “masculinos” de liderança, competência intelectual e racionalidade humana. Mulheres negras e mulheres brancas da classe trabalhadora tampouco são representadas nessa lista, uma vez que a elas nunca foi dado o luxo de serem “damas”. O que parecem ser categorias universais que representariam todos os homens e mulheres são, na verdade, desmascaradas como sendo aplicadas somente a um pequeno grupo.

É importante ver como as imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça, classe e gênero interagem na manutenção de sistemas de dominação e subordinação. Se eu pedisse que você repetisse essa mesma tarefa, só que dessa vez fazendo listas separadas para homens negros, mulheres negras, mulheres hispânicas e homens hispânicos, suspeito que seu simbolismo de gênero seria bastante diferente. Comparando todas as lutas, você pode começar a ver a interdependência dos

símbolos aplicados a todos os grupos. Por exemplo, as imagens enaltecidas da feminilidade branca necessitam das imagens desvalorizadas da feminilidade negra para poder manter certa credibilidade.

Enquanto o exercício acima revela a natureza entrelaçada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão simbólica da opressão, parte de sua importância reside na demonstração de como raça, classe e gênero permeiam um amplo domínio do que aparenta ser uma linguagem universal. Levar em conta a diversidade na nossa construção do conhecimento, no nosso ensino e no nosso dia a dia nos oferece um novo ângulo de visão nas interpretações de realidades pensadas como naturais, normais e “verdadeiras”. Além disso, ver as imagens de masculinidades e feminilidades como simbolismo universal de gênero, ao invés de vê-las como imagens simbólicas que são específicas de raça, classe e gênero, faz com que as experiências de pessoas negras e de mulheres e homens brancos e não privilegiadas sejam invisíveis. Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências. Quando, então, nos recusamos a lidar com raça ou classe porque elas não parecem ser diretamente relevantes ao gênero, estamos, na verdade, nos tornando parte do problema de outras pessoas.

Supor que todos e todas são afetados/as diferentemente pelo mesmo entrelaçamento simbólico de imagens permite que possamos nos mover em direção a novas análises. Mulheres de cor e mulheres brancas têm relacionamentos diferentes com a autoridade branca e masculina e essa diferença explica o simbolismo diferente de gênero aplicado a ambos os grupos. Mulheres negras se deparam com imagens controladoras, tais

como a *mammy*, a matriarca, a mula e a prostituta¹¹; imagens que encorajam outros a nos rejeitar como pessoas completamente humanas. Ironicamente, a natureza negativa dessas imagens simultaneamente nos encoraja a rejeitá-las. Em contraste, às mulheres brancas são oferecidas imagens sedutoras, aquelas que lhes prometem recompensas pela manutenção do *status quo*. Ainda assim, imagens sedutoras podem ser igualmente controladoras. Considere, por exemplo, a visão de Nancy White – uma mulher negra de 73 anos – no que diz respeito a imagens de rejeição e sedução:

Minha mãe costumava dizer que mulheres negras são as mulas dos homens brancos e que as mulheres brancas são suas cadelas. Agora, ela dizia isso querendo dizer que nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, tendo feito o trabalho bem ou não. Mas as mulheres brancas estão mais perto dos senhores, que as afaga e as deixa dormir dentro de casa, entretanto ele não vai tratar nem a uma nem a outra como se estivesse lidando de fato com uma pessoa¹². (Gwaltney, 1980, p. 148)

Ambos os conjuntos de imagens estimulam posturas políticas particulares. Ao ampliar a análise para além dos limites de raça, podemos ver os variados níveis de rejeição e sedução disponível para cada uma de nós de acordo com nossa identidade de raça, classe ou gênero. Cada um de nós vive com uma porção designada de privilégios ou punições e com níveis variados de rejeição e sedução inerentes às imagens simbólicas a nós atribuídas. Esse é o contexto dentro do qual

11 NT: lê-se, no original: “the mammy, the matriarch, the mule and the whore”.

12 NT: lê-se, no original: “But the white woman is closer to the master and he pats them on the head and lets them sleep in the house, but he ain’t gon’ treat neither one like he was dealing with a person”.

fazemos nossas escolhas. Somadas, a dimensão institucional e a simbólica da opressão criam um pano de fundo estrutural contra o qual todos/as nós vivemos nossas vidas.

3. A DIMENSÃO INDIVIDUAL DA OPRESSÃO

Quer nos beneficiemos ou não, todos e todas vivemos em instituições que reproduzem opressões de raça, classe e gênero. Mesmo se não tivermos nenhum contato com pessoas de outros grupos de raça, classe ou gênero, nós todos/as encontramos imagens desses grupos e estamos expostos a significados simbólicos atrelados a tais imagens. Nessa dimensão da opressão, nossas biografias individuais variam enormemente. Como um resultado de nosso status simbólico e institucional, todas as nossas escolhas se tornam atos políticos.

Cada um de nós deve aceitar as múltiplas maneiras nas quais as categorias de análise de raça, classe e gênero moldam nossas biografias individuais. Vivi minha vida inteira como uma mulher afro-americana membra de uma família da classe trabalhadora, e esse fato básico teve um impacto profundo na minha biografia pessoal. Imagine quão diferente sua vida seria se você tivesse nascido negra, ou branca, ou pobre ou de um grupo de raça/classe/gênero diferente daquele com o qual você está mais familiarizado. O tratamento institucional que você teria recebido e os significados simbólicos atrelados à sua própria existência poderiam ter variado dramaticamente do que você agora considera como natural, normal e parte da sua vida cotidiana. Você pode até ser a/o mesma/o, mas sua biografia pessoal poderia ter sido consideravelmente diferente.

Acredito que cada uma/um de nós carrega o efeito acumulativo de nossas vidas vividas nas estruturas de

opressão. Se você quiser ver o quanto foi afetada/o por tudo isso, eu te faço uma pergunta simples: quem são seus amigos próximos? Quem são as pessoas com quem você compartilha suas esperanças, sonhos, vulnerabilidades, medos e vitórias? Elas se parecem com você? Se elas são todas iguais, você pode atribuir isso às circunstâncias. Nos primeiros sete anos de minha vida, eu via apenas pessoas negras de baixa renda. Meus amigo e amigas desses anos refletem a composição de minha comunidade. Porém, agora que sou adulta, posso usar o argumento das circunstâncias para explicar o padrão de pessoas nas quais eu confio como amigas e colegas? Quando me são dadas alternativas, se meus amigos e minhas amigas refletem a homogeneidade de um grupo de raça, classe ou gênero, então essas categorias de análises se tornaram, de fato, barreiras para nossa conexão.

Não estou sugerindo que as pessoas estão condenadas a seguir os caminhos trilhados para eles por raça, classe e gênero como categorias de análise. Enquanto essas três estruturas moldam minha estrutura de oportunidade, eu, enquanto indivíduo, sempre tenho que escolher aceitar as coisas como elas são ou tentar mudá-las. Como Nikki Giovanni aponta, “nós temos que viver no mundo real. Se não gostamos do mundo no qual estamos vivendo, o transformemos. Se não o pudermos transformar, podemos transformar a nós mesmas/os. Nós podemos fazer alguma coisa” (Tate 1983, p. 68). Mesmo que um pedaço do opressor esteja plantado profundamente dentro de nós, cada um de nós tem a escolha de aceitar esse pedaço ou desafiá-lo como parte do “verdadeiro foco da mudança revolucionária”.

COMO PODEMOS TRANSCENDER AS BARREIRAS CRIADAS POR NOSSAS EXPERIÊNCIAS DE OPRESSÃO DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO PARA QUE POSSAMOS CONSTRUIR TIPOS ESSENCIAIS DE COALIZAÇÃO PARA A MUDANÇA SOCIAL?

Um primeiro passo vital é redefinir a opressão e ver as barreiras criadas por raça, classe e gênero como categorias de análise entrelaçadas. No entanto temos que transcender essas barreiras avançando para raça, classe e gênero como categorias de conexão, construindo coalizões que trarão mudanças sociais. Quais são algumas das questões envolvidas nesse processo?

1. DIFERENÇAS DE PODER E PRIVILÉGIO

Primeiramente, nós temos que reconhecer que nossas diferentes experiências com a opressão criam problemas nos relacionamentos entre nós. Cada um de nós vive em um sistema que nos concede variados graus de poder e privilégio. Essas diferenças de poder, quer estruturadas ao longo dos eixos raça, classe, gênero, idade ou orientação sexual, moldam nossas relações. A escritora afro-americana June Jordan descreve seu desconforto em suas férias no Caribe com Olive, a mulher negra que limpava seu quarto:

“... ainda que nós duas, “Olive” e “eu” estejamos vivendo em um conflito, nenhuma de nós o criou, e muito embora nós duas nos machuquemos dentro desse conflito, eu posso ser um dos monstros que ela precisa eliminar de seu universo e, nesse sentido, ela pode ser um dos monstros do meu.” (1985, p. 47)

Diferenças de poder restringem nossa habilidade de nos conectar uns com os outros, mesmo quando pensamos que estamos envolvidos em um diálogo através das diferenças. Vou

dar um exemplo. Em um ano, os estudantes do meu curso “Sociologia da comunidade negra” entraram em uma discussão acalorada sobre as razões para o recrudescimento de incidentes raciais no campus da universidade. Os e as estudantes negros reclamavam com veemência sobre a apatia e resistência que eles sentiam na expressão da maioria dos estudantes brancos quando examinando seu próprio racismo. Mark, um estudante branco, achou esses comentários particularmente perturbadores. Depois de alegar que todas as pessoas negras que ele já havia conhecido não tinham expressado essas crenças para ele, questionou quão representativo eram os pontos de vista dos seus colegas estudantes. Quando pressionado, Mark revelou que ele tinha participado de conversas, ao longo dos anos, com a trabalhadora doméstica negra que sua família empregava. Como ela nunca havia expressado tais sentimentos fortes em relação ao racismo dos brancos, Mark ficou genuinamente chocado pelas discussões em sala. Pergunte-se se essa trabalhadora doméstica estava em uma posição de falar livremente. Teria sido sábio para ela falar livremente em uma situação na qual as duas partes envolvidas tinham um poder tão desigual?

Em casos extremos, membros de grupos privilegiados podem inclusive apagar a presença mesma dos menos privilegiados. Quando eu me mudei pela primeira vez para Cincinnati, minha família e eu fizemos um piquenique em um parque local. Próxima a nós havia uma família de Appalaches brancos fazendo piquenique. Quando eu fui empurrar minha filha no balanço, diversas crianças vieram também. Eles tinham dentes amarelados, quebrados e dentes faltando, eles usavam roupas usadas e a pobreza deles era evidente. Eu fiquei

chocada. Tendo crescido em uma grande cidade do leste dos Estados Unidos, eu nunca tinha visto uma pobreza tão extrema entre os brancos. Os bairros segregados nos quais eu cresci invisibilizaram a pobreza branca. Ainda mais importante que isso, os privilégios atrelados a minha nova posição de classe, recentemente adquirida, me permitiu ignorar e minimizar a pobreza entre os brancos que eu encontrava. Minha reação àquelas crianças me fez perceber o quanto frases como “ah, pelo menos eles não são negros” tinham se tornado restritivas para mim. Ao aprender a conceder uma subjetividade humana às vítimas negras da pobreza, eu aprendi, simultaneamente, a me atentar para as vítimas brancas da pobreza. Ao aplicar categorias de raça como condições objetivas que me confrontavam, eu estava quantificando e hierarquizando opressões e, assim, perdendo o verdadeiro sofrimento que é, na verdade, a questão real.

Um padrão comum de relações que atravessam diferenças de poder é um que eu chamo de “voyeurismo”. Da perspectiva dos privilegiados, as vidas de pessoas de outra raça, de pobres, e das mulheres são interessantes pelo seu valor de entretenimento. Os privilegiados se tornam “voyeurs”, espectadores passivos que não se relacionam com os menos poderosos, mas que estão interessados em observar como o “diferente” vive. Com o passar dos anos, ouvi vários/as estudantes afro-americanos/as reclamando de professores/as universitários/as que nunca recorrem a eles e elas, exceto quando alguma questão supostamente negra é discutida. O interesse dos estudantes em discutir raça ou as qualificações que eles possuíam para fazê-lo não tinham importância diante do esforço do professor em usar as experiências de estudantes

negros como histórias que pudessem fazer a matéria ganhar vida para sua audiência de estudantes brancos. Pedir que estudantes negros exibam sua performance a partir de uma deixa para proporcionar uma experiência negra para seus colegas de classe brancos pode ser vista como um dos piores tipos de “voyeurismo”.

Membros de grupos subordinados não estão dispostos a participar desse tipo de troca, mas frequentemente o fazem porque os membros dos grupos dominantes controlam os aparelhos da opressão simbólica e institucional. Grupos étnicos/raciais, mulheres e pobres nunca tiveram o luxo de serem “voyeurs” da vida dos privilegiados. Nossa habilidade de sobreviver em cenários hostis determinou nossa habilidade de aprender detalhes complicados sobre o comportamento e o modo de ver dos poderosos e a ajustar nosso comportamento de acordo com isso. Em relação a isso, aponto as diferenças de percepção de homens e mulheres que estão em relacionamentos abusivos. Enquanto homens podem ver suas namoradas e esposas como objetos sexuais, boas companheiras e uma coleção de categorias estereotipadas de voyeurismo, as mulheres devem estar atentas a todas as nuances do comportamento de seus parceiros. As mulheres são “naturalmente” melhores em se relacionar com pessoas com mais poder que elas ou foram as circunstâncias que exigiram que homens e mulheres desenvolvessem habilidades diferentes?

Vindo de uma tradição em que a maioria dos relacionamentos que atravessam as diferenças são diretamente baseadas em relações de dominação e subordinação, nós temos consideravelmente menos experiências de nos relacionarmos com pessoas diferentes, mas iguais. A sala de

aula é, potencialmente, um espaço poderoso e seguro para que diálogos aconteçam entre pessoas com relações de poder desigual. O relacionamento entre Mark, o estudante da minha sala, e a trabalhadora doméstica é um exemplo de uma série de relacionamentos que as pessoas têm quando se relacionam com as diferenças a partir de poderes e privilégios. Já a relação do Mark com seus e suas colegas de classe representa o poder da sala de aula de minimizar essas diferenças, para que pessoas de níveis diferentes de poder possam usar raça, classe e gênero como categorias de análise para que possam, por sua vez, criar diálogos significativos. Nesse caso, a sala de aula serviu para igualar as diferenças raciais de modo que os estudantes negros, que normalmente eram silenciados, pudessem falar. Estudantes brancos como o Mark, que geralmente não estão cientes de como foram privilegiados por sua branquitude, perdem esse privilégio na sala de aula e, assim, se abrem para dialogar genuinamente.

2. COALIZÕES AO REDOR DE CAUSAS COMUNS

Uma segunda questão para se construir relações e coalizões essenciais para mudanças sociais se refere a conhecer as razões reais para uma coalizão. O que, realmente, une as pessoas? Um catalisador importante em gerar solidariedade de grupo é a presença de um inimigo comum. Os estudos afro-americanos/as, hispânicos/os, ázio-americanos/as e de mulheres todos/as compartilham uma herança intelectual de desafiar o que é tido como conhecimento acadêmico referendado. Entretanto, politicamente essas relações e coalizões são frágeis porque, como aponta June Jordan:

“Me parece que muitas das falhas organizacionais poderiam ser evitadas se as pessoas entendessem que a parceria na miséria não necessariamente leva a uma parceria para a mudança: quando conseguimos retirar os monstros de nossas costas, todos/as nós podemos querer sair correndo em diferentes direções” (1985, p. 47)

Compartilhar uma causa comum ajuda as pessoas e os grupos a manter relacionamentos que transcendam suas diferenças. Construir coalizões efetivas envolve uma constante busca por ouvir uns aos outros, umas às outras, e a desenvolver empatia pelos pontos de vista de cada um e cada uma. As coalizões nas quais eu estive envolvida que mais duraram e que mais funcionaram foram aquelas em que o comprometimento com uma questão específica exigia colaboração como a melhor estratégia para atacar a questão dada.

Muitos anos atrás, com meu grau de mestra nas mãos, escolhi lecionar em uma escola paroquial no centro da cidade, que estava sob o risco de fechamento. O salário era terrível, as condições bastante precárias, mas as necessidades eram gritantes. No meu trabalho, eu tinha que trabalhar com uma ampla gama de pessoas que, na superfície, tinham muito pouco em comum. Tínhamos freiras brancas, estudantes universitários negros de classe média, negros da “comunidade”, dentre os quais alguns que tinham sido encarcerados e/ou eram beneficiários de uma série de programas federais anti-pobreza. Os pais eram outra parte dessa comunidade, membros de Harvard também o eram, assim como liberais brancos bem-intencionados do Colorado.

Como você pode imaginar, a tensão era alta. No começo, nossas diferenças pareciam intransponíveis. Contudo, com o passar do tempo, nós encontramos uma ligação comum,

algo que todos e todas trouxemos à escola. Apesar das profundas diferenças nas nossas biografias pessoais, diferenças que em outros cenários teriam cerceado nossa habilidade de nos relacionarmos, descobrimos que estávamos todas/os profundamente comprometidas/os com a educação de crianças negras. Ao aprender a valorizar o comprometimento de cada um e cada uma, e reconhecendo que cada um de nós tinha habilidades diferentes que eram essenciais para realizar esse comprometimento, nós construímos uma coalizão efetiva ao redor de uma causa comum. Nossa escola era bem-sucedida e as crianças que nós ensinávamos se beneficiaram da diversidade que nós tínhamos a lhes oferecer.

Nenhum/a de nós sozinha possui uma visão abrangente de como raça, classe e gênero operam como categorias de análise ou como elas podem ser usadas como categorias de ligação e conexão. Nossas biografias pessoais nos oferecem visões parciais. Poucos podem dar conta de estudar raça, classe e gênero simultaneamente. Ao invés disso, cada um e cada uma de nós sabem mais sobre alguma das dimensões dessa ampla história e menos sobre outras. Assim como os membros da escola tinham habilidades especiais para oferecer à escola, nós temos áreas de especialização e expertise, quer sejam acadêmicas, teóricas, pedagógicas, quer sejam em áreas de raça, classe ou gênero. Não temos todos e todas que fazer a mesma coisa da mesma maneira. Pelo contrário, nós temos que apoiar os esforços umas/uns da/os outras/os, percebendo que somos parte de uma empreitada maior que busca provocar mudanças sociais.

3. CONSTRUINDO EMPATIA

Uma terceira questão envolvida na construção de tipos de relacionamentos e coalizões fundamentais para a mudança social diz respeito à responsabilidade individual. As opressões de raça, classe e gênero formam o pano de fundo estrutural contra o qual enquadramos nossas relações – essas são as forças que nos encorajam a substituir o voyeurismo por relações completamente humanas. Mesmo que talvez ainda não tenhamos criado essa situação, somos cada um e cada uma responsáveis por fazer escolhas individuais e pessoais a respeito de quais elementos da opressão de raça, classe e gênero nós vamos aceitar e quais vamos trabalhar para mudar.

Um componente essencial dessa responsabilidade se refere a desenvolver empatia pelas experiências de pessoas e grupos diferentes de nós mesmos. A empatia começa com um interesse nos fatos das vidas das outras pessoas, como indivíduos e como grupos. Se você se importa comigo, você deveria querer saber não apenas os detalhes da minha biografia pessoal, mas também como raça, classe e gênero como categorias de análise criaram o fundo institucional e simbólico para minha biografia individual. Como acessar meu caráter sem saber os detalhes das situações que eu encaro?

Além disso, ao adotar uma postura teórica de que fomos todos e todas afetadas pelas categorias de análise de raça, classe e gênero que estruturaram nosso tratamento, nos abrimos para possibilidades de usar esses mesmos construtos como categorias de conexão e ligação para construirmos empatia. Por exemplo, eu tenho uma grande amiga branca com quem eu compartilho interesses e crenças. Sabemos, entretanto, que nossas diferenças raciais nos ofereceram diferentes experiências.

Assim, falamos sobre elas. Não pressupomos que a raça apenas afetou a mim e não a ela porque eu sou uma mulher negra; nem que a raça neutraliza os efeitos de gênero em minha vida enquanto os acentua na vida dela. Nós pegamos, então, essas mesmas categorias de análise que criaram cisões em nossas vidas, nesse caso, as categorias de raça e classe e as usamos como categorias de conexão e ligação na construção de empatia pelas experiências uma da outra.

Encontrar causas comuns e construir empatia é difícil, não importa que lado dos privilégios nós habitamos. Construir empatia do lado dominante dos privilégios é difícil, simplesmente porque pessoas de ambientes privilegiados não são encorajadas a fazê-lo. Por exemplo, para que os brancos, entre vocês, desenvolvam empatia com pessoas de cor, eles devem se confrontar com o fato de que sua cor de pele lhes privilegiou. Isso é difícil de ser feito, não apenas porque implica em processos intelectuais de perceber como a branquitude é valorizada em instituições e símbolos, mas também envolve o processo, muitas vezes doloroso, de ver como a branquitude moldou sua biografia. Posturas intelectuais contra as dimensões institucionais e simbólicas do racismo geralmente são mais fáceis de sustentar do que auto reflexões sobre como o racismo moldou nossas biografias individuais. Os seus pais, tios, avós eram e são, realmente, mais capazes que os meus, ou suas conquistas podem ser explicadas, em parte, pelo racismo que minha família viveu? Suas mães assistiram tudo isso acontecer silenciosamente? Mais importante, como eles e elas passaram os benefícios de suas branquitudes a você?

Essas são questões difíceis e eu tenho um tremendo respeito pelos colegas e estudantes que estão tentando

respondê-las. Como não há nenhuma razão que os obrigue a examinar as razões de seu próprio privilégio, sei que aqueles que o fazem escolheram livremente essa postura. Elas/es estão, portanto, fazendo um esforço consciente de arrancar aquele pedaço do opressor plantado dentro delas. Para mim, elas merecem o apoio das pessoas negras em seus esforços. Homens que se declaram feministas, membros da classe média que se unem nas lutas anti-pobreza, heterossexuais que apoiam gays e lésbicas, todos e todas estão tentando crescer e seus esforços os colocam em um lugar muito além da maioria que nunca pensou em se envolver em lutas tão importantes.

Construir empatia do lado subordinado do privilégio também é difícil, mas por razões diferentes. Membros de grupos subordinados relutam em abandonar uma desconfiança básica dos membros de grupos poderosos, porque essa desconfiança básica tem sido, tradicionalmente, fundamental para sua sobrevivência. Como mulher negra, eu seria tola em assumir que as mulheres brancas, ou os homens negros, ou os homens brancos, ou qualquer outro grupo com uma história de exploração das mulheres afro-americanas tenham meu interesse no centro de suas intenções. Esses grupos gozam de mais privilégios do que eu, em quantidades variadas, e, portanto, eu tenho que observá-los cuidadosamente e estar preparada para uma relação de dominação e subordinação.

Assim como os privilegiados, os membros dos grupos subordinados também têm que trabalhar para trocar julgamentos por categoria com novas maneiras de pensar e agir. Recusar-se a fazer isso sufoca possibilidades de coalizões e mudanças sociais efetivas. Deixe-me usar outro exemplo de minha própria experiência. Quando eu estava na graduação,

eu tinha pouca paciência e tempo para teorizar sobre os privilegiados. Meus anos iniciais em uma instituição privada de elite foram difíceis, não porque o trabalho acadêmico fosse desafiador (ele o era, mas isso não era o que me distraía) ou porque eu tinha de trabalhar enquanto meus colegas de classe viviam de mesada de seus pais (eu estava acostumada a trabalhar). A adaptação foi difícil porque eu estava cercada de tantas pessoas que não questionavam seus privilégios. A maioria delas se sentia merecedora de sua riqueza. Isso me deixou estupefata.

Eu me lembro de um incidente no qual eu observei uma mulher branca, no final do corredor do meu dormitório, tentar escolher qual blusa usar. As blusas estavam empilhadas em sua cama em todas as cores do arco-íris, blusa em cima de blusa. Ela pediu meu conselho de uma maneira que deixou evidente que escolher qual blusa usar era uma das decisões mais importantes que ela deveria tomar diariamente. Afundada em suas blusas, eu percebi o quanto nossas vidas eram diferentes. Ela não precisava se preocupar em manter uma média acadêmica sólida para que pudesse receber auxílio financeiro. Como ela era parte da maioria, ela não era tratada como uma representante de sua raça. Ela não tinha que prestar atenção em como seus comentários em sala de aula ou sua própria existência no campus contribuíam para o tratamento que seu grupo viria a receber.

Sua mesada a protegia de ter que trabalhar, de modo que ela podia usar seu tempo livre estudando, festejando, ou, nesse caso particular, se preocupando sobre qual blusa usar. O grau de desigualdade nas nossas vidas e sua ideia de merecimento inquestionável me ofenderam. Por um tempo, eu categorizei

todas as mulheres brancas abastadas como superficiais, arrogantes e super preocupadas com posses materiais; considerava também que elas eram parte do meu problema. Entretanto, se eu tivesse continuado a classificar as pessoas dessa maneira eu não teria feito algumas excelentes amigas cujo desconforto com seus privilégios de classe herdados ou adquiridos as levaram a examinar suas posições.

Como eu comecei com as palavras da Audre Lorde, parece apropriado que eu conclua com outra de suas ideias...

“Cada uma de nós é chamada a tomar uma posição. Assim, nos dias que estão por vir, enquanto nos examinamos – a nós e às outras –, examinamos nossos trabalhos, nossos medos, nossas diferenças, nossa sororidade e nossas sobrevivências, eu as incito a enfrentar o que é mais difícil para todas nós: uma auto fiscalização de nossas complacências, da ideia de que, como cada uma de nós acredita que ela está do lado correto, ela que não necessita examinar sua posição.” (1985)

Eu as incito a examinar sua posição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Johnella. 1989. “Difficult Dialogues.” *The Women’s Review of Books* 6, no. 5.

COLLINS, Patricia Hill. 1989. “The Social Construction of Black Feminist Thought.” *Signs*. Summer 1989.

GWALTNEY, John Langston. 1980. *Drylongso: A Self-Portrait of Black America*. New York: Vintage.

HARDING, Sandra. 1986. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

JORDAN, June. 1985. *On Call: Political Essays*. Boston: South End Press

LORDE, Audre. 1984. *Sister Outsider*. Trumansberg, New York: The Crossing Press.

_____. 1985. "Sisterhood and Survival." Keynote address, conference on the Black Woman Writer and the Diaspora, Michigan State University.

SPELMAN, Elizabeth. 1982. "Theories of Race and Gender: The Erasure of Black Women." *Quest* 5: 32-36.

TATE, Claudia, ed. 1983. *Black Women Writers at Work*. New York: Continuum.

ENTRE O CAPITAL E A VIDA:

PISTAS PARA UMA REFLEXÃO FEMINISTA SOBRE AS CIDADES

Renata Moreno

Não é de hoje e não é à toa que as mulheres são protagonistas de lutas urbanas. Desde o Movimento do Custo de Vida, nos anos 1970, às lutas por creches, moradia e pelo fim da violência policial estão diretamente relacionadas com suas condições concretas de vida e trabalho. As cidades são ao mesmo tempo palco e pauta destas lutas.

Existem muitas cidades em uma grande cidade. Mais do que expressão da diversidade, essa é uma marca das desigualdades em cidades nas quais predomina uma lógica de exclusão. Os recursos, a infraestrutura, o saneamento básico, os equipamentos públicos e as áreas de lazer não são distribuídos de forma igualitária e geralmente se concentram nas regiões em que vivem as pessoas com maior renda. Esta não é uma formação natural das cidades, mas produto de transformações e da lógica de deslocamento e expulsão que prevalece em políticas de habitação ou nos chamados processos de valorização de espaços urbanos.

Ermínia Maricato (2000) afirma que existe uma exclusão urbanística, ou seja, existe uma parte da cidade que é invisível, não cabe no mercado imobiliário legal/formal e inclusive o poder público desconhece sua realidade quando planeja investimentos e políticas. Também são invisíveis as mulheres, negros, negras, e imigrantes cujo cotidiano é bem diferente do indivíduo tomado como modelo para o planejamento e organização das cidades.

Chamamos de androcêntricas as construções sociais que tomam a experiência masculina como universal. Definitivamente podemos afirmar que o espaço urbano é androcêntrico. Sua construção tem como referência a experiência de vida e trabalho de homens adultos, com emprego e automóvel. Esta experiência se realiza, sobretudo no espaço público e, diferente da experiência da maioria das mulheres, não está marcada pelas responsabilidades com a reprodução, com o trabalho doméstico e de cuidados. A experiência cotidiana de vida, trabalho, deslocamentos, encontros e lazer é diversa em se tratando de homens e mulheres, mas também entre as mulheres considerando sua classe, sua raça e nacionalidade.

A produção androcêntrica do espaço urbano é ativa na reprodução de desigualdades. Quando a grande maioria das ruas, praças e prédios públicos tem nome de homem, a memória das mulheres é apagada. Quando as calçadas são esburacadas, estreitas e cheias de obstáculos, não foram pensadas para a circulação de carrinhos de bebês e crianças pequenas, pessoas em cadeiras de roda ou pessoas idosas com mobilidade reduzida.

As reflexões apresentadas neste texto são iniciais e pretendem reunir pistas para uma visão feminista sobre as cidades. Elas partem da perspectiva feminista crítica às dinâmicas do capitalismo patriarcal e racista, buscando revelar o conflito entre a lógica da sustentabilidade da vida e a lógica da acumulação do capital que marca o cotidiano das mulheres.

INTERDEPENDENTES EM UM MUNDO DESIGUAL

Um paradoxo das grandes cidades é que são organizadas para pessoas autônomas, mas não promovem a autonomia.

Por um lado, as cidades capitalistas, racistas e patriarcais nos socializam no consumo, na violência, nas desigualdades e no estresse. Por outro, as práticas do cotidiano pelas quais a vida se sustenta, se reproduz e é vivida também criam aprendizados, afetos e resistências que nos humanizam frente ao mercado que nos trata como coisas.

O trabalho doméstico e de cuidados realizado todos os dias, de forma remunerada ou não, é um nexo que une esses dois lados. O feminismo revela que os seres humanos não são totalmente independentes, que este é um mito que esconde a enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado que as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida. As cidades em que vivemos também nos demandam muito tempo, recursos da natureza e energia para satisfazer as nossas necessidades do cotidiano. Somos interdependentes como pessoas, e também somos ecodependentes na relação com a natureza (Herrero, 2014).

A alienação nas cidades acompanha a alienação do trabalho e vai além. Parece que tudo o que se consome vem pronto, que o suco enlatado ou a comida embalada à venda no supermercado não foi semeada, plantada, colhida e processada por mulheres e homens. Nas grandes cidades, parece que o mercado vai resolver o acesso ao que é mais básico para o funcionamento do nosso cotidiano, como a água, a energia, a coleta do lixo. Parece que a água é infinita, que a energia é infinita. Na verdade essa percepção é de uma parte da população que vive em regiões com saneamento adequado, que todo o mês consegue pagar as altas tarifas de energia. Para uma parcela significativa da população que vive nas periferias, água e energia são percebidos todos os dias como finitos e

limitados, ou por falta de dinheiro para pagar, ou porque é nessas regiões que faltam primeiro em períodos de crise.

A crise hídrica em São Paulo, desde 2014, demonstra exatamente isso. Enquanto em algumas regiões não faltou água ou a falta d'água não foi sentida porque os condomínios contrataram carros pipas, em outras regiões a prática de armazenamento e a economia organizada no interior das casas e coletivamente foi o que garantiu e garante que a população enfrente essa crise. Essa crise não foi causada apenas pela má gestão da SABESP, orientada pelos lucros de seus acionistas, mas também por um modelo de (re)produção e consumo. As cidades são impactadas pelo avanço dos monocultivos do agronegócio e da devastação da mineração, que contamina a água e a produção de alimentos; também dependem da energia gerada por hidroelétricas que, em sua construção, alagam e deslocam comunidades inteiras para manter o nível de consumo e o ritmo de extração de matérias primas que movimentam a indústria da construção civil, automobilística ou eletroeletrônica.

Uma das referências no debate crítico sobre a questão urbana, David Harvey indica que é preciso percebê-la de forma sistêmica. Para ele, existe uma conexão íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, ou seja, não é de hoje que a cidade ocupa um lugar destacado no processo de acumulação do capital. Ele remonta ao surgimento das cidades, ressaltando seu objetivo de absorver os recursos da produção excedente, isto é, para além das necessidades de subsistência da população.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E OS NEXOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A separação rígida das esferas pública e privada se deu na gênese do capitalismo, em um processo que, conforme aponta Silvia Federici (2013), combinou a política de cercamento de terras que expropriou os e as trabalhadoras de seus meios de subsistência; uma nova divisão social do trabalho que organizou a mão de obra disponível para vender sua força de trabalho; e o controle dos corpos, da sexualidade e do trabalho das mulheres em função da reprodução desta força de trabalho.

No capitalismo, o espaço público foi historicamente legitimado como o lugar de realização dos direitos, da política, do exercício da cidadania e da economia, enquanto as atividades necessárias para a reprodução cotidiana da vida foram sendo restritas ao espaço doméstico, privado, com a responsabilidade sobre estas atividades atribuída às mulheres.

Há muito tempo o feminismo revela que essa polarização entre público e privado e as dicotomias em geral que seguem essa lógica – cultura/natureza, visível/oculto, razão/emoção, produção/reprodução – tem o sentido político e ideológico de esconder as conexões e as continuidades existentes entre cada um destes polos. E mais, esse ocultamento sempre se dá sobrevalorizando um polo em detrimento do outro – onde se concentra a identificação com as mulheres.

Quando o feminismo cunhou o lema “o pessoal é político” tratou de dar visibilidade às relações de poder que regem as relações interpessoais, ao mesmo tempo em que foi capaz de explicitar os mecanismos de controle e imposições que fazem parte da vida das mulheres como grupo social, e que a lógica patriarcal insiste em tratar como “problemas

individuais”. Neste mesmo sentido, o feminismo revelou que o conjunto de atividades realizadas no âmbito privado, vinculadas à reprodução, tem um nexo direto com o âmbito público e da produção. Isso se deu como parte da crítica à visão androcêntrica que considera que é econômico apenas aquilo que tem valor monetário, e oculta que sem o trabalho cotidiano, não remunerado, realizado pelas mulheres majoritariamente no interior das suas casas, a economia não teria condições de se manter.

A separação entre os trabalhos de homens e mulheres e sua hierarquização são os princípios da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009). Mulheres, negros e negras estão no trabalho remunerado em situação de desigualdade, que se expressa tanto na desigualdade de rendimento como na qualidade dos empregos, seja pela informalidade e precariedade da ausência de direitos ou pela distância entre o local de moradia e trabalho. Além disso, a experiência de trabalho das mulheres pobres é marcada pelo trabalho doméstico ou em domicílio. Ainda hoje o trabalho doméstico remunerado é uma das principais ocupações femininas, sobretudo das mulheres negras, que há muito tempo já trabalham fazendo serviços de costura, lavando roupa para fora, cozinhando para vender, cuidando das pessoas.

Em 2013, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de participação dos homens no mercado de trabalho era de 70,6%, enquanto a das mulheres era de 55,1% (Seade, 2014). Os dados mostram um crescimento na formalização do emprego feminino em São Paulo, mas também uma distância entre a realidade das mulheres negras e brancas. Do total de mulheres empregadas com carteira assinada, segundo dados

do Censo em 2010, 60,3% eram brancas e 37,8% negras (Mariano e Santana, 2015). Já os dados de 2015 revelam que a taxa de desemprego entre as mulheres negras chega a 15,5%, enquanto a dos homens brancos é de 10,3%.

MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA E DAS CIDADES

Vivemos nos tempos recentes uma expansão da urbanização que se realiza de forma globalizada. Na lógica da expansão da mercantilização para todas as esferas da vida, a qualidade de vida nas cidades também virou uma mercadoria. A liberdade de escolha é promovida desde que se tenha dinheiro para comprar sua escolha, que pode ser, para poucos, um apartamento em um condomínio com área verde e segurança privada, perto do local de trabalho e com infraestrutura urbana. Geralmente, quem trabalha para prover os serviços nestes locais não mora perto.

Nas cidades mercantilizadas, o que impera é a especulação imobiliária, os serviços pagos, as empreiteiras, a cultura privatizada e as pessoas endividadas. As relações são mediadas pelas mercadorias, existem menos espaços públicos de encontro e mais centros de compras que reúnem praças de alimentação, grandes supermercados, farmácias e salas de cinema.

A vida mercantilizada acontece em cidades que, elas mesmas, se tornaram mercadorias e são negociadas mundo afora para atrair investimentos, megaempreendimentos e megaeventos. As imagens das cidades à venda em feiras de negócios, nos momentos de escolha da próxima cidade-sede de algum grande evento esportivo ou em propagandas de agências de turismo, contrastam com a realidade de segregação,

violação de direitos, mas também de resistência e de luta.

Os megaeventos no Brasil são catalizadores de um determinado modelo de desenvolvimento urbano que acelera as obras de infraestrutura e as remoções passando por cima do mínimo diálogo necessário com as populações afetadas. A experiência recente da Copa do Mundo, em 2014, e a preparação do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas evidenciam esse modelo. O megaprojeto do Porto Maravilha no Rio de Janeiro é exemplar neste caso, uma vez que o mesmo está conectado com a realização dos Jogos Olímpicos, se impulsionando mutuamente. Saruê (2015) recupera a afirmação recorrente do prefeito Eduardo Paes de que os Jogos Olímpicos seriam uma desculpa para a realização do projeto de revitalização do porto, mostrando esta conexão explícita na medida em que os prazos da realização dos Jogos aceleram a realização das obras deste megaprojeto.

Nas nossas cidades à venda, as mulheres também são transformadas em mercadorias, e isso nos remete ao debate sobre o lugar da prostituição no turismo em geral, no turismo que gira em torno dos grandes eventos ou no turismo de negócios¹.

As mulheres que estão na indústria do sexo se tornam um fator crucial para impulsionar a indústria do entretenimento e do turismo. Em algumas cidades brasileiras, o turismo é um dos principais setores econômicos. Não é possível estabelecer uma reflexão feminista sobre esta situação sem um questionamento

1 A reflexão a seguir sobre a prostituição vinculada ao turismo nas cidades brasileiras foi extraída de “Trabalho, corpo e vida das mulheres – uma leitura feminista sobre a dinâmica do capital nos territórios”, publicado pela SOF em 2014.

à naturalização desta realidade que se relaciona, por um lado, com o modelo de sexualidade heteronormativo hegemônico e, por outro, a um mercado de trabalho que reserva para as mulheres certos tipos de empregos, precários e com baixos salários.

De acordo com a SPTuris, a cidade de São Paulo concentra 75% do mercado brasileiro de feiras de negócios e gera receita de mais de 4 bilhões de reais ao ano com esse mercado, sendo o 12º destino do mundo para eventos internacionais. No município, é realizado um evento a cada seis minutos e uma feira de negócios a cada três dias. Chama a atenção o fato de que os homens que estão em viagem de negócios têm o mercado do sexo como modalidade de lazer pressuposta durante sua estadia na cidade. Os “turistas de negócios” que usam a prostituição enquanto estão em São Paulo não são necessariamente estrangeiros. Em algumas casas de prostituição consideradas “de luxo”, o período em que cresce a presença estrangeira é durante a Fórmula 1.

Para refletir sobre o turismo sexual no contexto dos grandes eventos esportivos, tomamos como referência a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014. Durante a realização deste megaevento, muitas reportagens abordaram o turismo sexual, sobretudo o que envolve turistas com mais recursos, explicitando as dinâmicas e o envolvimento de atores como hotéis e agenciadores. O tema foi notícia não só no Brasil, mas também em outros países, como Espanha e França. Reportagens apontaram o Brasil como o segundo destino para proxenetas e viajantes em busca do turismo sexual. As abordagens sobre o tema carregavam uma naturalização da prostituição como parte das práticas nas cidades e reduziam

sua dinâmica à linguagem do mercado, tratando a prostituição como um emprego qualquer, sem qualquer problematização².

Durante a Copa do Mundo, em São Paulo, por exemplo, algumas casas apontaram um aumento do faturamento em 60%, enquanto houve uma redução expressiva na prostituição que se realiza na rua. Isso está relacionado tanto à própria dinâmica da prostituição, que concentra nas casas um perfil de mulheres mais jovens e uma ideia de maior proteção para os clientes, como também, e fundamentalmente no contexto da Copa, com a lógica de higienização das cidades. Para as mulheres em situação de prostituição na região da Luz, antes do evento, não havia expectativa de aumentar a renda, pelo contrário, elas já apontavam a presença de agentes do Estado atuando para coibir sua presença, nesta lógica de higienização e de “proteção” aos turistas.

HOMENS TRABALHANDO EM CIDADES SEMPRE EM OBRAS

Grandes projetos de intervenções urbanas, por meio de mega empreendimentos, passaram a ser uma realidade em cidades de todo o mundo a partir dos anos 1970 e estão conectados a fluxos de investimentos, ao capital financeiro e movimentação de grandes empresas transnacionais.

Na perspectiva desenvolvimentista, encontramos a justificativa de que as grandes obras impulsionam o crescimento econômico, em um ciclo que organiza a demanda por materiais e empregos (masculinos), movimentando simultaneamente setores como a construção civil, energia e mineração. Esta justificativa vale para grandes obras nas grandes cidades e

² Para uma visão crítica a esta abordagem, ver “Prostituição: uma abordagem feminista”. SOF, 2013.

em outros territórios. As remoções, a destruição ambiental e de modos de vida, e o circuito de exploração sexual que as acompanham são consideradas externalidades deste processo.

Mas nem só de grandes obras vive o capital. As grandes cidades estão sempre em obras, em uma lógica de destruição de espaços construídos que também destrói a memória coletiva sobre a história que mulheres e homens construíram em cada lugar. Essa destruição/construção permanente absorve capital e mão de obra, organiza a demanda por um novo design, por mais materiais de construção, por mais crédito bancário, etc.

Historicamente esta estratégia foi utilizada em cidades como Paris e Nova Iorque, em momentos que a economia estava em crise e era preciso impulsionar uma nova dinâmica de crescimento. Ao recontar estas experiências, David Harvey (2013) revela que as reconstruções das cidades também forjam estilos de vida. No caso de Paris, ele recupera que a reconfiguração da infraestrutura urbana se deu em meados do século XIX, em um processo articulado ao investimento em infraestrutura de forma geral, como na rede ferroviária. Paris se transformou na Cidade da Luz, sede de grandes exposições, um centro de consumo, turismo e lazer, e “isso modificou a vida urbana de modo que ela pudesse absorver o dinheiro e as mercadorias, por meio do consumismo” (HARVEY, 2013). Já em Nova Iorque, na década de 1940, após a segunda guerra mundial, a cidade passou por uma reformulação e expansão para os subúrbios, utilizando novas instituições financeiras e crédito, o que foi uma saída para a absorção do dinheiro. Segundo Harvey, este processo de suburbanização e a reestruturação dos centros metropolitanos se deu em todo o país, e foi crucial para que a economia dos Estados Unidos se estabilizasse naquele período.

A mudança do estilo de vida que acompanhou este processo, nos Estados Unidos, é conhecido: um modelo de família de classe média branca, difundida pela indústria de Hollywood e sustentada por um homem provedor e uma mulher dona de casa e cuidadora. Esse não foi, porém, o modelo de todas as famílias, nem a referência de todas as mulheres. As famílias das mulheres negras, por exemplo, não se enquadravam nesta norma, e recaía sobre elas uma série de estereótipos que desqualificavam suas maneiras de garantir a sustentabilidade da vida como se fossem um desvio da normalidade, daquele modelo estabelecido. Na verdade, em comunidades pobres, com alto índice de desemprego e pouco acesso a infraestrutura em cidades segregadas, longe de ser um desvio, o estabelecimento de redes de cooperação para além da família nuclear eram e são estratégias construídas pelas mulheres negras para atender às necessidades do cotidiano (Stack, 2012).

Mas o modelo de vida classe média branca veio junto com um impulso do consumismo, a criação de novas necessidades que produzissem a demanda por novos produtos. Mais que desejados, novos produtos se tornavam “necessários” por meio da nascente indústria da publicidade e propaganda. Neste modelo estava implícito um conjunto de valores, entre eles a valorização da propriedade privada individual.

As cidades brasileiras, ontem e hoje, são muito diferentes dos exemplos anteriores, de Paris e Nova Iorque, mas podemos identificar, além da visão sobre como deve funcionar a economia, o consumo e as famílias, outros elementos que também verificamos por aqui. Por exemplo, em Paris, a remoção das pessoas que viviam no centro, em cortiços, foi a

estratégia utilizada para redesenhar esta região para a elite de então. As condições precárias de vida da população removida foram mantidas, mas deslocadas para outras regiões, pois, conforme Engels³ afirmou, a necessidade econômica que produz essas condições de vida vai produzi-las de novo no lugar seguinte. No Rio de Janeiro, a primeira grande remoção foi a de cortiços, que empurrou a população pobre e negra para os morros e marcou a segregação socioespacial da cidade, conforme apresenta Jéssica Mara Raul (2015).

AS DESIGUALDADES COMO MOTOR DAS REMOÇÕES

A remoção da população dos lugares em que sempre viveram é motivada pela definição da localização de grandes obras ou por planos de valorização de determinados espaços urbanos. Em ambos os casos, responde a interesses econômicos. É preciso que a expulsão das populações pare de ser considerada como algo que não pode ser evitado, ou como algo que não faz parte de uma definição que tem a ver com poder, privilégios e desigualdades.

Em todo o Brasil, vemos grandes projetos afetando diretamente a população negra e pobre, os povos indígenas. A decisão de iniciar a exploração de minérios em um lugar e não em outro, por exemplo, não tem a ver apenas com a descoberta de novas jazidas, mas com as possibilidades de dominar determinados territórios, sejam eles urbanos ou rurais. A recente tragédia provocada pela mineradora Samarco, instalada em Mariana (MG), na qual o rompimento de uma barragem de rejeitos destruiu vidas, relações e toda a bacia do

3 Friedrich Engels. A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Ed. Presença: Lisboa, 1975.

Rio Doce é exemplar sentido: 84% da população afetada no distrito de Bento Rodrigues é negra⁴, demonstrando que os riscos deste modelo são transferidos para os mais vulneráveis, que não são protegidos pelo Estado.

No Rio de Janeiro, no contexto do projeto de revitalização do Porto Maravilha que, de acordo com Betina Saruê (2015) se constitui como o primeiro megaprojeto urbano por sua escala e impacto em um contíguo urbano, a população residente no Morro da Providência figura entre as principais afetadas. Trata-se da primeira favela da cidade, sua origem remonta a presença quilombola e há, nesta região, uma série de manifestações de cultura negra. O plano que inicialmente previa a remoção de 831 famílias do Morro da Providência não foi devidamente difundido para seus moradores, que só conseguiram ter acesso a esta informação após o projeto ter sido aprovado na Câmara.

A definição sobre as regiões a serem valorizadas ou não depende de interesses que não tem a ver com o das pessoas que moram nestes lugares. Ao contrário, quando se organiza um projeto de revalorização o que vemos é que as pessoas são expulsas dos lugares onde vivem. As palavras significam muito mais do que parecem. Os projetos de revalorização – que vai direto ao ponto do interesse econômico – muitas vezes são chamados de revitalização – como se não houvesse vida, história e cultura em determinados lugares antes de chegar um projeto tecnicamente bem desenhado. A questão é a vida de quem interessa melhorar, e a vida de quem pode ser destruída.

4 “No dia da consciência negra dizemos NÃO ao racismo ambiental”. Documento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2015/11/20/no-dia-da-consciencia-negra-dizemos-nao-ao-racismo-ambiental/>. Acesso em novembro de 2015.

Não por acaso, alguns autores concordam com a reflexão de que há umnexo entre as práticas da ditadura militar e as práticas estatais com determinadas populações, marcada pelo autoritarismo e ausência de diálogo das remoções, pela repressão e violência contra estas mesmas populações negras e pobres em ações que exterminam vidas sem que seja dada nenhuma satisfação para a sociedade (Mara Raul, 2015).

Nestes processos de remoção forçada pela implantação de projetos ou de remoção forçada pelo mercado, que por meio do aumento do custo de vida inviabiliza a permanência da população com menos recursos em determinados lugares, o que se vê é a substituição de um grupo social por outro com maior poder aquisitivo. Isso é parte do que se chama *gentrificação*, lógica presente em grandes cidades mundo afora. A origem deste termo vem do inglês, e pode ser entendido como um “aburguesamento”.

As remoções fazem parte do que Harvey conceitua como acumulação por despossessão, e o deslocamento das populações pobres é uma característica deste processo onde quer que ele aconteça. No discurso do capital, este processo se justifica por um uso mais “rentável” das áreas. Quando acontece a expulsão das populações que vivem há muito tempo em um determinado lugar, que pela desigualdade e ausência do Estado não conta com infraestrutura e serviços, os terrenos são adquiridos a um preço barato. A valorização da região se dá por uma combinação da especulação imobiliária, pelo investimento em novas construções, realizadas por meio de parcerias público-privada e vinculadas às instituições financeiras, novos serviços e mais infraestrutura. Tudo isso acompanhado por alterações nas leis de zoneamento que

possibilitam aumento do valor de imóveis.

Outra justificativa cada vez mais utilizada para remover populações de seus locais de moradia são as motivações ambientais, em um contexto de ampliação da mercantilização e financeirização da natureza. A expansão da cidade de São Paulo, por exemplo, vai se dando espacialmente para áreas com mata nativa. Em processos de deslocamentos anteriores que aconteceram sem estrutura ou apoio do Estado, as pessoas foram se realocando em regiões que não tem a infraestrutura para garantir a segurança das construções, e em alguns casos são áreas de mananciais. O que vemos hoje é a criminalização destas pessoas por seu local de moradia.

A realidade de famílias removidas em pequenas cidades afetadas pela construção de usinas hidroelétricas, é compartilhada pelas remoções e deslocamentos dentro de uma grande cidade, e contém dimensões desestruturantes para as famílias e para as comunidades que se apoiam por laços de solidariedade de modo a garantir a reprodução cotidiana da vida. Estes laços são particularmente importantes entre as mulheres que são as únicas responsáveis pelo sustento de suas casas, seus filhos e demais pessoas dependentes. A proporção de famílias com mulheres responsáveis, no meio urbano, é de 39,3%, sendo que nas famílias em que as mulheres responsáveis são brancas a proporção é de 37,4% e naquelas em que as responsáveis são mulheres negras a proporção é 41,2% (IBGE, 2014).

CONDIÇÕES PARA A AUTONOMIA DAS MULHERES NAS CIDADES

“Deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água. Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira. Enchi minha lata e zarpei. (...) Fui no Arnaldo buscar o leite e o pão. (...)

Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna.

Terminaram a refeição. Lavei os utensílios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela.

(...)

Fui no rio lavar as roupas e encontrei D. Mariana. Uma mulher agradável e decente. Tem 9 filhos e um lar modelo. Ela e o espôso tratam-se com educação. Visam apenas viver em paz. E criar filhos. Ela também ia lavar roupas. (...) Estendi as roupas rapidamente e fui catar papel. Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. (...)

Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar.”

Extratos de Quarto de despejo, Carolina de Jesus⁵

5 Foi mantida a redação original.

O diário de Carolina de Jesus revela uma realidade comum a muitas mulheres: a combinação entre o trabalho doméstico e de cuidados cotidiano, com o trabalho remunerado para garantir a sustentabilidade da vida. Ela escrevia na década de 1950 mesmo sem possuir as condições indicadas por Virginia Wolf. Esta autora inglesa, em 1929, escreveu que para que as mulheres pudessem desenvolver sua escrita, precisariam de um quarto próprio e um pouco de dinheiro, um teto todo seu. O acesso a renda era então uma condição que apenas algumas mulheres da elite poderiam ter acesso. Esta possibilidade está muito distante de um grande número de mulheres que, em 2015, vivem em uma luta cotidiana por autonomia econômica e pelo direito a moradia.

A autonomia econômica das mulheres compreende, além da autonomia financeira, o acesso a direitos e serviços que possibilitem condições dignas de prover o seu sustento assim como o das pessoas que delas dependem. O direito a moradia adequada compreende mais do que um lugar para morar, e engloba a segurança de posse, as condições de habitabilidade (espaços adequados e protegidos do frio, da chuva e ameaças à saúde), a disponibilidade de serviços e infraestrutura como saneamento básico, água potável, coleta de lixo e energia, a localização considerando o acesso ao emprego e a equipamentos públicos de educação e saúde (Brasil, 2013:13)⁶.

A urbanista Raquel Rolnik explica como a moradia teve papel central na crise internacional que eclodiu a partir dos Estados Unidos em 2008, na perspectiva de entender também o lugar da questão urbana no capitalismo financeiro. Ela

⁶ Por uma cultura de direitos humanos. Direito a moradia adequada. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Brasil, 2013.

aponta que, com o advento do neoliberalismo, a moradia que antes era vista como direito passou a ser mais uma mercadoria, que pode ser adquirida por meio de crédito bancário – subsidiado ou não. O capital financeiro sempre tem um lastro no território. A integração da moradia no circuito financeiro a transformou em um ativo financeiro, e assim, a hipoteca passou a ser o lastro de muitas operações financeiras. A política de habitação em vários países, sob a lógica neoliberal, vai além de garantir que as pessoas tenham uma moradia, mas carrega em si a ideologia neoliberal, individualista e que se materializa na realização do sonho da casa própria como horizonte ideal de todo mundo.

No Brasil, a partir de 2009, houve uma ampliação significativa do acesso da população à moradia, com o Programa Minha Casa Minha Vida. Até 2014, ele foi responsável pela construção de mais de 3,5 milhões de unidades habitacionais⁷. De acordo com uma pesquisa de satisfação dos beneficiários deste Programa⁸, a percepção dos beneficiários, em sua maioria mulheres, é de que hoje sua vida melhorou e estão muito satisfeitos com a nova moradia. Mas essa satisfação expressada convive com avaliações negativas sobre outros elementos que são importantes para seu cotidiano como, por exemplo, a segurança e os espaços de lazer no entorno destas moradias,

7 Existe um intenso debate crítico sobre este programa sobretudo por sua lógica de impulso ao mercado financeiro e imobiliário. Uma boa referência para este debate é a recente publicação de Raquel Rolnik, Guerra dos Lugares. Boitempo, 2015.

8 Essa pesquisa foi realizada com beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida-Empresas, na Faixa 1, ou seja, com renda de até R\$ 1.600,00. Pesquisa disponível em: <http://migre.me/stSxI>

e a percepção de que houve um aumento do custo de vida no que se refere aos gastos com luz, água e transporte. Chama a atenção a avaliação negativa com relação à disponibilidade de equipamentos públicos e a distância dos empreendimentos do Programa dos centros urbanos. De 0 a 10, a média nacional atribuída à disponibilidade de creches e escolas foi de apenas 4, enquanto a avaliação sobre a demora no transporte público, no deslocamento entre a casa e a escola/trabalho, foi de 3,9 (Freitas e Negreiros, 2014).

Para as mulheres, o direito a moradia adequada e a autonomia econômica se complementam e se potencializam, e neste sentido é necessário destacar a centralidade do acesso a equipamentos públicos como educação e saúde que tem a ver com o cotidiano do trabalho das mulheres de cuidado e atenção às pessoas que delas dependem, seja por motivos de idade ou saúde, seja porque os cuidados são necessários para todas as pessoas ao longo de toda a sua vida.

Pensar o direito a moradia a partir deste conjunto de elementos possibilita também avançar na superação da separação rígida entre o público e o privado, especialmente se tomamos como referência a experiência dos cuidados. Recuperando a reflexão proposta por Cristina Carrasco (2012), romper com essa separação entre público e privado não significa renunciar aos espaços de privacidade, mas sim estabelecer continuidades entre os espaços domésticos e os outros espaços nos quais os cuidados se realizam. Nesta perspectiva é possível pensar uma desprivatização dos cuidados como estratégia de reapropriação coletiva dos espaços públicos.

Muitas vezes os centros das cidades são vistos como regiões perigosas, reforçando o estigma de que as pessoas

que ali estão são perigosas. Mas isso pode ser visto também a partir da organização destas regiões, que em muitos casos tem horário de funcionamento no horário comercial, e um número grande de edifícios onde as pessoas poderiam morar estão vazios. O movimento de pessoas, a vida acontecendo nos espaços públicos é o que pode promover a segurança, junto com a criatividade, os encontros, a cultura urbana.

ENTRE A GARANTIA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS EM CIDADES

SEGREGADAS

A infraestrutura, os equipamentos públicos, as praças, áreas verdes e espaços de lazer não estão distribuídos igualmente pela cidade. Pelo contrário, estão disponíveis para as pessoas de acordo com a sua renda, e também a sua raça.

Um levantamento de dados com base no Censo 2010 do IBGE em São Paulo, realizado por Bianca Santana e Jefferson Mariano (2015), revelou que a concentração das mulheres negras na cidade está justamente em bairros mais afastados do centro, e com uma série de indicadores de ausência de equipamentos públicos. As mulheres negras representam 19% de toda a população residente na cidade de São Paulo, mas esse percentual varia de acordo com os bairros. Elas são 30,37% das moradoras do Jardim Ângela, 29,01% da Cidade Tiradentes, 28,64% do Grajaú. Por outro lado, as mulheres negras não superam os 5% de moradoras dos bairros Itaim Bibi, Vila Mariana, Alto de Pinheiros e Jardim Paulista.

Entre aqueles bairros com maior presença de mulheres negras, a região do Grajaú está entre as que lideram a fila de espera para vagas em creche; a Cidade Tiradentes é uma das regiões com maior percentual de gravidez na adolescência, e a

região do Mboi Mirim, onde fica o Jardim Ângela, concentra o maior percentual de homicídio juvenil. Por outro lado, Itaim Bibi e Vila Mariana estão entre os distritos que, entre 2000 e 2012 tiveram um grande aumento dos empregos formais gerados, assim como são distritos que concentram um montante significativo de investimentos em infraestrutura e serviços. Em uma análise publicada pela Fundação Seade (2014), chama a atenção o fato de que 5 distritos concentram 67,6% dos investimentos anunciados para São Paulo, sendo que o Itaim Bibi responde a 39,9% do valor dos anúncios, seguido por Pinheiros com 9,4%.

É escancarada a diferença entre a vida de quem mora nestas regiões e a vida de quem mora na periferia. Uma série de pesquisas tem sido desenvolvidas com o objetivo de explicar as mudanças pelas quais as cidades, suas dinâmicas e suas periferias passaram desde os anos 2000, em diálogo com pesquisas em outras cidades no mundo (Telles, 2013). Essas pesquisas apontam que existe uma continuidade entre a segregação espacial baseada na classe e na raça que conforma as periferias, a violência nestes territórios e o encarceramento da população que vive ali.

A cada dia, 6 pessoas são mortas no Brasil pelas mãos da polícia. A maioria das vidas tiradas pela violência policial é de jovens negros e pobres, moradores da periferia⁹. Não por acaso, também são estes os que mais são encarcerados. As mulheres - irmãs, mães, amigas e companheiras - tem a dinâmica de suas vidas alteradas quando um destes jovens é

⁹ Para uma aproximação ao debate sobre a realidade da militarização no Brasil, ver “Cartilha pela desmilitarização da polícia e da política”, disponível em: <http://migre.me/sxRTI>

preso: a organização dos dias para a visita, a revista vexatória a que são submetidas, a reorganização do cuidado com quem está dentro e com quem está fora da cadeia. As mulheres encarceradas não encontram a mesma atenção e oferta de cuidados por parte de seus familiares, que na maioria das vezes não as visitam, e sofrem com a organização androcêntrica das prisões, que não respeitam a diversidade de orientação sexual, nem possuem espaços para o cuidado de crianças pequenas e amamentação, por exemplo. Os dados do Infopen Mulheres revelam que elas são 6% do total da população carcerária, e que, entre 2000 e 2014, o crescimento desta população feminina foi de 567,4%¹⁰. Com baixa escolaridade e baixa renda, são mulheres responsáveis pelo sustento de seus filhos. Grande parte delas são jovens e negras são a maioria destas mulheres. A maioria delas, 68% foi presa por envolvimento com o tráfico de drogas.

A chamada guerra às drogas, composta por práticas que configuram uma verdadeira guerra aos pobres, é o pretexto para a manutenção do controle sobre os territórios e as vidas da população que vive nas periferias, e para o incremento da militarização. Esta, por sua vez, é alimentada pela atual política proibicionista de drogas: a militarização da vida acontece pela via pública (polícia), e pela via privada, (milícias e tráfico). As lutas anti proibicionistas revelam a hipocrisia da atual política de drogas. A lógica proibitiva de certas substâncias contrasta com a permissividade de outras, ambas alimentando indústrias – ilegais, como o tráfico de drogas e armas – ou legalizadas, como a indústria farmacêutica.

10 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres. Ministério da Justiça, julho de 2014.

Enquanto a ilegalidade impacta os territórios periféricos e se baseia na violência contra a população pobre, o acesso da população com maior poder aquisitivo às drogas ilícitas se dá em uma relação de consumo em que os intermediários chegam a entregar em domicílio. Por outro lado, a população está cada vez mais medicalizada para atender as exigências de disponibilidade permanente das pessoas para o trabalho em cidades com funcionamento contínuo. No ritmo da acumulação de capital, cada vez mais pessoas compram nas farmácias medicamentos que prometem aliviar a ansiedade e o estresse do cotidiano, em mais uma dimensão de expansão e controle do mercado sobre o corpo, o comportamento e a subjetividade.

MOBILIDADE URBANA: QUEM TEM DIREITO A IR E VIR?

Vivemos como podemos em nossas cidades, assumimos e naturalizamos os incômodos e as distâncias. As atividades cotidianas são separadas, distribuídas em diferentes lugares da cidade, e são unidas pelo trânsito.

Nas regiões metropolitanas, as pessoas gastam muito tempo no trânsito. Cerca de 20% da população nessas regiões gasta mais de uma hora entre a casa e o local de trabalho. Vale ressaltar que este dado se refere ao trajeto direto das pessoas entre a casa e o trabalho ou escola, e, portanto não capta a diversidade dos itinerários nas grandes cidades. Como foi dito anteriormente, a responsabilidade com a reprodução imprime um ritmo diferente para o cotidiano. Na realidade das mulheres que, além desta responsabilidade também estão no trabalho remunerado, a sobreposição de atividades e preocupações marca a experiência cotidiana, e também os

itinerários que fazem a cada dia. Estes podem ser mais curtos, mas com mais paradas, ou podem ser realizados a pé, conforme apontam pesquisas sobre o perfil da mobilidade das mulheres nas cidades.

Hoje, o transporte individual é priorizado em detrimento do transporte coletivo. A indústria automobilística é incentivada pela isenção de impostos ou da facilidade no crédito para comprar um veículo próprio, o que passou a ser cada vez mais uma necessidade nas nossas cidades marcadas pelo individualismo e consumismo, onde as pessoas enfrentam dificuldades no transporte coletivo. Os dados da PNAD de 2012 apontam que em mais da metade dos domicílios brasileiros (54%) existia um carro ou motocicleta, e o crescimento na compra destes veículos se verifica inclusive entre a população com menor renda.

A discussão sobre a mobilidade urbana e o modelo de transporte adotado nas grandes cidades, que já era urgente, passou a ter um lugar de destaque na agenda pública e política nacional a partir das mobilizações de 2013, iniciadas pelo rechaço ao aumento da tarifa. Essas mobilizações conseguiram colocar em debate, além da tarifa, o modelo de transporte e mobilidade como um todo na perspectiva de afirmar a necessidade de sua reformulação para atender a diversidade de vidas que se cruzam nas cidades. Isso inclui desde uma reorganização no sentido de priorizar o transporte público coletivo, ampliar e diversificar as linhas, ampliar o transporte 24 horas, entre outros. As mulheres que se mobilizaram contra o aumento da tarifa, seguiram mobilizadas para denunciar o machismo que enfrentam no uso cotidiano do transporte público.

Em São Paulo, as mulheres chegam a ser 58% das pessoas que utilizam o metrô¹¹, que além de superlotado, é também um lugar de violência machista. As encoxadas são rotineiras e os homens que praticam o assédio e a violência contra as mulheres em transportes lotados dizem que eles não conseguiram controlar seus “impulsos sexuais”. A violência não é expressão da sexualidade masculina, e sim do poder que, como grupo social, os homens exercem sobre as mulheres. O assédio e a violência não acontecem apenas em transportes lotados, são muitos os relatos de abusos em ônibus e metrôs mais vazios, nos quais os homens se sentiram no direito de abordar mulheres, ou de agarrar ou de se masturbar ao lado de uma mulher que ia ou voltava de algum lugar. Esse poder dos homens significa o acumamento das mulheres, são ações concretas que limitam o nosso direito de ir e vir com segurança.

Frente ao aumento das denúncias de assédio e abusos sexuais nos transportes públicos, a falsa solução proposta foi a reserva de vagões exclusivos para as mulheres em horários de pico. Esta proposta segue uma lógica de segregar as mulheres e de colocá-las como o problema da violência sofrida, legitimando o espaço público como um espaço dos homens, restringindo a liberdade das mulheres. Em cidades como o Rio de Janeiro, muitas mulheres realmente afirmam que se sentem mais seguras nestes vagões exclusivos, mas também são muitos os relatos de mulheres que foram assediadas quando entraram no vagão que não era exclusivo e ainda tiveram que ouvir que, ao estar ali, estavam provocando tal assédio.

11 Informação disponível em: <http://www.metro.sp.gov.br/noticias/retrato-dos-usuarios-do-metro.fss>

DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO PÚBLICO:

A VIOLÊNCIA CONTINUA

Além das catracas visíveis da cidade, para entrar nas empresas, em escolas e faculdades, no transporte, as mulheres enfrentam uma série de catracas invisíveis que restringem suas possibilidades de acesso e uso do espaço urbano. Em cidades que prezam por garantir a segurança das propriedades e seus proprietários, a violência contra as mulheres acontece tanto dentro de casa, no espaço doméstico, como no local de trabalho, nos espaços públicos e virtuais. A rua é um espaço de violência contra as mulheres, contra a população negra e LGBT. No caso da violência contra a população LGBT, chama a atenção o dado de que as ruas das grandes cidades foram o local de 26% das ocorrências registradas e sistematizadas em 2014 pelo Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A violência machista, racista e lesbo-homo-transfóbica atua, em todos os casos, como forma de restringir a liberdade destes grupos sociais, o seu direito de ocupar o espaço público e de viver suas vidas com autonomia.

Cada mulher tem um mapa em sua cabeça com informações que não estão sinalizadas, mas que todas conhecemos. A partir deste mapa mental decidimos, quando é possível, seguir pela rua que queremos, qual é mais iluminada, qual é mais movimentada, a hora que nos sentimos mais seguras para voltar para casa.

Nos últimos tempos, o assédio que as mulheres sofrem na rua ganhou visibilidade e esta é uma estratégia importante para que este seja considerado um problema na sociedade. As mulheres enfrentam essa situação e criam formas de se sentirem mais seguras e fortalecidas, como a proposta do

“Vamos juntas?”, que incentiva que as mulheres percebam umas às outras, e que se façam companhia em seus caminhos. Em algumas cidades, como Porto Alegre, após as dez horas da noite, os ônibus podem parar fora do ponto caso as mulheres solicitem. Em São Paulo, a política de iluminação pública da prefeitura passou a priorizar os novos pontos de luz em locais em que já se registrou a violência contra as mulheres.

TRANSFORMAR A CIDADE COM IGUALDADE

A noção de direito a cidade remonta a Henri Lefebvre, que, em 1969, escreveu sobre a necessidade de reapropriação das cidades pelas pessoas que nelas vivem. Para ele, este é o direito a vida urbana, a lugares de encontros e mudanças, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno dos momentos e lugares.

O direito a cidade é um direito coletivo, que se realiza no espaço urbano. Para sair do papel, já que é um direito inscrito em nossa Constituição Federal, é preciso romper e superar a lógica de expansão do capital e da propriedade privada individual como norma, que como vimos, passa por cima de outras lógicas de ocupação do espaço urbano.

O feminismo, ao dar visibilidade para a interdependência entre as esferas da reprodução e da produção, do privado e do público, pode contribuir para a reapropriação da cidade pela diversidade das pessoas que nela habitam. Ou seja, o desafio vai além de que as mulheres se adaptem a um espaço construído para atender às necessidades e os ritmos de um modelo de vida que não corresponde ao seu cotidiano. E esse é um desafio que perpassa não só a construção do espaço, mas a experiência das mulheres em várias esferas da vida. O mercado

de trabalho e a participação política são exemplares neste sentido, e a demanda das mulheres é que possam ocupar tais esferas tendo reconhecidas as suas habilidades e qualificações adquiridas pelo conhecimento formal ou prático. Ou seja, a partir de seus aprendizados, suas necessidades e experiências coletivas, em condições de igualdade, o que é bem diferente de simplesmente se igualar aos homens.

Igualdade real e liberdade são princípios organizadores que precisam caminhar juntos em processos de transformação que tenham como objetivo alcançar todas as pessoas. O direito a moradia, a uma vida sem violência dentro e fora de casa, a autodeterminação sobre o tempo são algumas das condições para ampliar as possibilidades de que se possa viver as vidas desejadas. Os desafios para transformações deste alcance passam pela subjetividade, pelas relações sociais e pelas dinâmicas do trabalho, da produção e da reprodução, da organização dos espaços e dos ritmos de vida.

O cotidiano mostra que o que faz uma cidade não é o capital. São as pessoas, sua criatividade, cultura, encontros e realizações. É a arte que colore e ressignifica os muros. As artistas que ocupam as praças, as músicas, os ritmos e os movimentos. A ocupação e gestão coletiva de espaços culturais, a recuperação de construções históricas, os saraus da periferia onde as pessoas se descobrem poetas e artistas; todas essas são formas de enfrentamento cotidiano à mercantilização da cultura e da vida. Na perspectiva de desmercantilizar as cidades, a radicalização da democracia é uma estratégia fundamental. Frente as decisões negociadas por lobby, se contrapõe a participação popular e a gestão democrática e transparente do Estado, a democracia direta, a ocupação e

autogestão dos espaços públicos e comuns.

Frente à violência do capital, racista e machista, é preciso construir uma cidade segura que facilite o compartilhamento, a convivência e o equilíbrio entre produção e reprodução. Espaços públicos que sejam públicos de fato, que fomentem os cuidados como práticas comuns e coletivas, a produção de afetos que subvertam o tratamento dos corpos e das pessoas como descartáveis.

As cidades estão em disputa. O capital avança de forma violenta, mas existe luta, existe resistência e existe a reapropriação cotidiana e criativa das cidades, em seus centros e periferias. Esta disputa é política, e se expressa na defesa coletiva de espaços comuns frente ao avanço do capital, como Ocupa Estelita e Parque Augusta. A reapropriação dos espaços comuns precisa ser potencializada pela socialização da necessidade comum dos cuidados, e para que o tempo das pessoas seja menos regido pelo mercado e mais pelas suas decisões e vontades, garantindo o tempo do lazer, do ócio e da casualidade. Estas são algumas pistas para superar a lógica excludente e violenta do capital, e colocar a sustentabilidade da vida no centro da organização dos tempos e espaços urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BESSA, Vagner. Emprego e investimento na cidade de São Paulo. O papel do centro corporativo metropolitano. 1ª Análise Seade, n. 17, Agosto 2014.

FEDERICI, Silvia. Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Traficantes de Sueños: Madrid, 2013.

FREITAS, Fernando Garcia; NEGREIROS, Érica (Ed.). Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA: Brasília, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista *Piauí*, n. 82, jul. 2013. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em outubro de 2015.

HERRERO, Yayo. “Economía ecológica y economía feminista: un dialogo necesario”. In: CARRASCO, Cristina (Ed.) *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. La Oveja Roja: Madrid, 2014.

IPEA. Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012. Comunicados do IPEA, n. 161. IPEA: Brasília, 2013.

KERGOAT, Daniele. “Divisão Sexual do Trabalho”. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARICATO, Ermínia. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes: Petrópolis, 2000.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. *Mulheres na construção da cidade com qualidade de vida e participação popular*. São Paulo, 2013.

PADUA, Rafael. *Lutas urbanas, cotidiano e emancipação*. Mimeo, 2015.

SARUÊ, Betina. *Grandes projetos urbanos e a governança de metrópoles: o caso do Porto Maravilha no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Ciência Política, FFLCH/USP: São Paulo, 2015

SEADE. *Boletim Mulher e Trabalho* nº 25, março

de 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pedmulhersao.pdf>

STACK, Carol. “Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana”. In: JABARDO, Mercedes (Ed.) *Feminismos negros. Una antología*. Traficantes de Sueños: Madrid, 2012.

TELLES, Vera. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. Dossiê Fronteiras Urbanas. *Revista Contemporânea* v.3, n. 2, p. 359-373. Jul – Dez. 2013.

VELÁZQUES, Isabel. El tiempo de las cerezas. Reflexiones sobre la ciudad desde el feminismo. *Revista ZEHAR*, n. 43. Gipuzkoa: Centro ARTELEKU, 2000. Disponível em <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n19/aivel.html>

A CULTURA DAS MULHERES MUDA O MUNDO

Carla Vitória e Helena Zelic

Este texto propõe uma reflexão acerca de algumas práticas das mulheres na cultura e sua potencialidade na luta feminista. A mescla da cultura na política - e da política na cultura - torna os movimentos mais inventivos, abertos, participativos e diversos. A criatividade e a ousadia nas ações fortalecem a capacidade de interferência sobre a conjuntura, permitindo o enraizamento de ideias e práticas de um projeto emancipatório e de busca pela igualdade.

Essa é a experiência realizada pela Marcha Mundial das Mulheres em todo o país. Através das batucadas feministas e intervenções urbanas, suas militantes desenvolvem atividades que reafirmam o feminismo enquanto cultura contra-hegemônica, contribuindo tanto para a formação e a identidade do movimento quanto para o aprofundamento no diálogo com a cidade.

As reflexões que compõem esse artigo também estão inspiradas nas ações realizadas ao longo de 2015 pela SOF, em conjunto com a Fuzarca Feminista e mulheres produtoras de cultura. De sessões de cinema no quintal, cursos de capacitação em ferramentas comunicativas à Virada Feminista, um grande evento com 24h e mais de 50 atividades na programação, pôde-se observar na prática o poder da cultura enquanto instrumento capaz de movimentar pessoas em seus territórios, mesmo que esse lugar seja gigante, contraditório e desigual como é a cidade de São Paulo.

PARA COMBATER O MACHISMO, UMA CULTURA FEMINISTA

As manifestações culturais de uma sociedade refletem a maneira como o poder está organizado nela. No mundo androcêntrico em que vivemos, o lugar das mulheres da cultura está reservado a um plano secundário, seja pela falta de protagonismo no momento da produção cultural ou pela falsa representação das mulheres em sua diversidade.

A cultura hegemônica retrata as mulheres como objetos de consumo e desejo dos homens, desconsiderando seu papel enquanto sujeitas com disposições e vontades próprias. Nesse lugar de objetificação, há um ideário de mulher que é mais valorizado – branca, magra, com os cabelos lisos. Esse padrão expressa o profundo racismo persistente em nossa sociedade.

Com fortes raízes colonialistas, essa cultura hegemônica submete as mulheres negras a papéis coadjuvantes e estereotipados. Não é incomum que as poucas atrizes negras das grandes emissoras de televisão cumpram papéis de empregadas domésticas ou escravas em novelas de época. Às mulheres indígenas, congeladas no tempo e marginalizadas, cabe uma descontextualização de suas vivências e experiências.

Além disso, também são poucas as representações de mulheres cujas existências, prioridades e afetividades não girem em torno da idealização de relacionamentos heterossexuais. Isso está presente na música, na literatura, no teatro, no cinema, na televisão e nas redes sociais, porque está presente na sociedade heteronormativa, com seu poder de controle e organização das vidas e sexualidades das mulheres.

As desigualdades entre homens e mulheres nas artes e na cultura estão relacionadas à uma série de barreiras encontradas por elas no próprio acesso à produção cultural, seja pela

falta de recursos necessários para usufruir de apresentações e atividades culturais, pela má distribuição dos equipamentos de cultura ou pela escassez de tempo gerada pela sobrecarga de trabalho.

Numa ordem social onde tudo é mercantilizado, a cultura é vista não como uma fonte de prazer e transformação, um bem necessário à constante formação de indivíduos autônomos e solidários, mas sim como uma mercadoria a ser consumida por aqueles que podem pagar. Esse raciocínio, forjado pelo mercado, categoriza a cultura enquanto bem supérfluo, privilégio daqueles que dispõe de recursos para acessá-la. Assim, as mulheres, que são a maior parte da população mais pobre¹, ficam alijadas de desfrutar da cultura.

A organização da cidade de São Paulo a partir da lógica centro-periferia, onde a população mais pobre vive em lugares afastados, com carência de equipamentos e políticas públicas, contribui para a exclusão das mulheres do acesso à cultura, pois a maior parte da programação cultural está concentrada no centro ou nos bairros das elites (Botelho, 2004). Entretanto, esse fator não é o único que impede que as mulheres usufruam plenamente dos serviços de entretenimento e cultura: a própria dinâmica de vida e distribuição do tempo acaba por impedi-las, porque a sobrecarga de trabalho imposta a elas afasta as oportunidades de lazer e criação, seja pelo trabalho produtivo, no âmbito do mercado, realizado em uma situação de desigualdade em relação aos homens – que se intensifica quando as trabalhadoras são negras –, ou no invisível trabalho doméstico e de cuidados executado dentro

1 Ver http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuciao_desigualdade_renda.html

das casas para garantir a subsistência das famílias.

Portanto, o desenvolvimento de políticas públicas específicas para as mulheres nas artes e na cultura não é suficiente para garantir a sua participação. Além da necessidade de que os equipamentos e o fundos públicos de cultura sejam bem distribuídos, considerando as discrepâncias sociais existentes, é através de uma divisão igualitária do trabalho que a sociedade será capaz de assegurar a ocupação efetiva da cultura pelas mulheres.

Neste contexto, é importante reafirmar a concepção de cultura das mulheres como força transformadora da realidade. Os processos hegemônicos de desenvolvimento de ações e obras culturais respondem a organização capitalista e patriarcal do trabalho, na qual a meritocracia, a competição, a produtividade e a divisão alienada de tarefas são valores fundamentais. Elaborar a produção cultural a partir de uma ótica feminista pressupõe a colaboração coletiva da concepção à finalização. Assim, as mulheres envolvidas apropriam-se de todas as etapas necessárias à produção cultural, desde a preparação da programação até a operação de equipamentos como câmera, luz e som, trabalhos predominantemente masculinos, nos quais a participação feminina é geralmente ocultada.

Estes processos, alicerçados pelo feminismo, tornam possível a construção de redes de colaboração com a atuação de mulheres de distintas realidades e acúmulos de saberes, transformando a cultura em um organismo vivo e em constante mudança. A cultura feminista coloca em prática, então, a auto-organização, por compreender que, na luta das mulheres por igualdade, cabe a elas serem protagonistas, em

forma e conteúdo.

Se vemos hoje algumas produções culturais contemporâneas dos grandes meios que tentam desvincular da figura feminina a docilidade, a submissão e os papéis secundários, não é por estarem de acordo necessariamente com os propósitos feministas, mas porque a luta política das mulheres avançou em proporções tamanhas, que obrigou o mercado a se reformular. Isso não significa que a indústria cultural seja então a mais nova aliada das mulheres. Pelo contrário, as convicções apropriadas por ela não correspondem a um ideal global de igualdade, capaz de suportar e incentivar a diversidade. Longe disso, sua publicidade retrata apenas os setores com poder aquisitivo para consumir produtos.

Esse fenômeno de mercantilização das lutas feministas pode ser exemplificado pela propaganda que a marca de cosméticos Sephora lançou nas redes sociais no ano de 2015: Na tentativa de contestar a suposição de que as mulheres se arrumam para satisfazer os desejos dos homens, a empresa criou o slogan “Você acha que eu tenho 83 batons para agradecer quem não sabe a diferença entre bordô e vinho?”. A peça publicitária explicita que a figura de mulher valorizada pelo mercado é aquela que, mesmo supostamente independente da aprovação masculina, consome indiscriminadamente para, no fundo, adequar-se a normas de agir e portar impostos pela ideologia patriarcal e capitalista.

Outro exemplo marcante que evidencia a tentativa do capitalismo de se apoderar da batalha por igualdade é a campanha Real Beleza lançada pela marca Dove no ano de 2004. Ao colocar em seus anúncios corpos de mulheres fora dos padrões estéticos ditados pela mídia, a empresa conquistou

um sentimento de representatividade por parte de um grande público feminino. Entretanto, o vínculo que o mercado tenta ocultar é o fato de que a transnacional Unilever, proprietária da marca Dove também gerencia a marca de desodorantes Axe, conhecida pelo alto teor machista nos conteúdos de seus anúncios, nos quais as representações femininas possuem uma sexualidade exclusivamente submetida aos desejos dos homens que utilizam o produto.

Contudo, é importante ressaltar que os passos rumo à representatividade de setores historicamente marginalizados pela mídia e pela produção cultural são frutos do empenho feminista e aproximam pessoas que antes eram espectadores distantes para o centro dos debates. A representatividade não é, porém, suficiente para a promoção de uma cultura feminista, porque as mulheres podem e devem estar presentes não apenas como personagens, mas também como aquelas que concebem, produzem, realizam a cultura por detrás das câmeras, microfones, palcos, computadores e nanquins. Para isso, não basta desconstruir os conteúdos estagnados e androcêntricos, mas ir além: romper com os modelos de organização hierárquicos e individualistas da produção, que pouco tem a ver com a coletividade e a solidariedade, princípios de enorme importância para o feminismo e para o fortalecimento das mulheres.

SUBVERTER A ORDEM, OCUPAR OS ESPAÇOS

No campo do cinema e da produção audiovisual, esta relação se evidencia através da produção de filmes e séries com muita representatividade na atuação, mas poucas mulheres envolvidas nos bastidores. A Universidade de San Diego

revelou, em uma pesquisa recente, os dados atuais sobre as desigualdades de gênero na área. Além da diferença salarial gritante entre atores e atrizes, a ausência de mulheres na equipe técnica equivale a apenas 9% na direção e 13% no roteiro (Lauzen, 2014). Em compensação, várias são as propostas feministas e independentes de produção audiovisual e de registro das trajetórias das mulheres, proposta interessantíssima em uma sociedade cuja História trata da humanidade como os feitos dos homens apenas.

No cinema, a construção de personagens mulheres exige muita atenção para impedir o uso de estereótipos que limitem as espectadoras ou que nelas barrem a ponte da identificação. Em um período de grande ofensiva patriarcal sobre as mulheres no Estados Unidos da segunda metade do século XX², muitos foram os esforços das grandes produtoras de cinema para emplacar filmes que retratassem mulheres solteiras como infelizes, histéricas, vilãs ou invejosas, em caricatos rótulos que influenciaram, junto a outros elementos culturais, a opinião pública sobre as mulheres que abdicaram do casamento e da maternidade (Faludi, 2001).

Além disso, também limitam as mulheres aquelas produções que não possuem sequer um diálogo entre duas mulheres cujo assunto não seja um homem. O chamado Teste de Bechdel é uma iniciativa que lista as produções que cumprem ou não este requisito básico, sendo extensa a lista de filmes consagrados que não o atingem. O teste não sintetiza a totalidade de elementos necessários para que um filme seja feminista, mas escancara a imprescindibilidade de atribuir

2 FALUDI, Susan. Backlash: o contra-ataque na guerra não-declarada contra as mulheres. 2001.

às mulheres papéis que vão além de objetos decorativos para as tramas masculinas.

Por isso, são ousadas e acertadas propostas como *Pariah* (2011), longa metragem ficcional da diretora Dee Rees que aborda as reflexões e desafios de uma jovem na jornada pela descoberta da própria sexualidade. Além de aproximar das espectadoras o ponto de vista da jovem de maneira sensível, também propõe no filme um universo afrocentrado, ou seja, apenas com a participação de atrizes e atores negros. A proposta é interessante porque rompe com paradigmas racistas e questiona, indiretamente, todas as produções cinematográficas onde inexitem pessoas negras - ou, se existem, possuem papéis pequenos e sem relevância para o argumento central. Esta produção é mais um dos muitos exemplos onde a ficção é reconhecida nas trajetórias daquelas que assistem e rende longas discussões de mulheres sobre algo que mescla a trama ficcional e suas próprias histórias reais. A cultura pode ser, portanto, aquilo onde as mulheres se enxergam e a partir desta troca de olhares coletiva, se fortalecem; ou ainda um rico material para o fomento da empatia entre todas e todos que não passam pelas específicas situações mas estão abertos a compreender as dificuldades e resistências no mundo.

No Brasil, segundo dados da UERJ (2014), a presença das mulheres como personagens é menor que a dos homens, equivalendo a 41%. O número cai quando daí são contadas apenas as personagens com falas, o que diz muito sobre o papel secundário e decorativo das mulheres na cultura hegemônica. Os dados dos bastidores são um pouco melhores que os internacionais, mas ainda não são suficientes para a igualdade de gênero na área: entre 2002 e 2012, as mulheres

representavam 13,7% na direção e 26% no roteiro.

As iniciativas das mulheres brasileiras para reverter este quadro são várias, porém apagadas pelos cinemas blockbuster e pela falta de estrutura e incentivo para a produção independente e alternativa. Em 2015, o curta-metragem KBELA, com direção e roteiro de Yasmin Thayná, trouxe à tona este debate com sua proposta de retratar a vivência negra, com a participação na atuação e na produção técnica de mulheres negras de diversas partes do país.

É com base nesta ideia que a cultura, principalmente através do cinema, também pode ser responsável pela compreensão dos outros mundos que não o de quem assiste. É possível entender mais sobre uma cultura, em seu sentido amplo, a partir de suas representações no cinema, e com isso traçar paralelos entre as situações diversas vivenciadas pelas pessoas em suas realidades, levando em consideração a estruturação geopolítica e de poder que alinha ou não a perspectiva da obra – teria como, por exemplo, uma produção audiovisual norte-americana que represente os territórios palestinos não partir de uma perspectiva específica à qual se deve reservar atenção?

Esta questão da perspectiva é sempre necessária, e é no mundo da comunicação que ela se escancara. Isso porque a grande mídia tradicional há anos tenta vender o discurso de que produz conteúdo de forma pluralista e imparcial, mas na prática atua para a manutenção e divulgação de um projeto conservador. A comunicação feminista, por outro lado, construída pelas alianças com movimentos sociais e coletivos, não se afirma imparcial, mas se coloca como um veículo de difusão das lutas sociais e das mulheres e como ferramenta

para a transformação da sociedade.

A comunicação feminista rompe com o modelo dominante e unilateral em que há um polo difusor e um polo receptor de informação, propondo um modelo dialógico e horizontal, no qual há intercepções entre sujeitos multiplicadores do conhecimento. Com isso, a comunicação passa a ser um processo de cooperação e interação social democrática, baseada no intercâmbio, visando transmitir pensamentos, ideias e saberes.

Abordar a comunicação a partir de uma perspectiva feminista supõe uma linguagem simples e inclusiva. Ou seja, além de evitar termos rebuscados e de difícil compreensão é necessário não supor que vocábulos masculinos incorporam mulheres e homens, rompendo com o androcentrismo das palavras. Ademais, ocupar a diversidade dos meios de comunicação – jornais, rádios, canais de televisão e redes digitais -, faz com que se atinja públicos distintos, promovendo maior circulação e democratização da mensagens. O debate da comunicação cabe não apenas às que possuem diplomas na área, mas sim a todas aquelas que veem na produção de mídia alternativa uma maneira de virar o jogo dos grandes monopólios de informação e de fortalecer a narrativa comprometida, responsável e colaborativa.

A internet é um dos veículos onde mais se difunde comunicação atualmente. Apesar dos níveis de inclusão digital no Brasil serem ainda incipientes³, os níveis crescentes de utilização das redes e seu potencial de reverberação da luta feminista merecem atenção.

³ Ver <http://observatoriodainternet.br/>

Do mundo dos videogames ao universo da programação, as aventuras das mulheres no campo da tecnologia estão acompanhadas de diversos obstáculos que invisibilizam, desestimulam e limitam a participação feminina. Aquelas que persistem em integrar-se nestes espaços encontram ambientes organizados a partir de uma razão androcêntrica, acompanhada muitas vezes de alta carga misógina. São incontáveis as denúncias de assédio sexual, ameaças e tentativa de inferiorização intelectual.

O primeiro dos desafios encontrados pelas mulheres diz respeito ao próprio acesso e capacitação à linguagem tecnológica. A educação desigual tenta dividir e estruturar as habilidades dos meninos e meninas entre força, raciocínio lógico e objetividade para eles e fragilidade, emotividade, subjetividade e vinculação à maternidade para elas. Assim, há um esforço deliberado em afastar as mulheres das equações e das máquinas.

Este esforço é, porém, contraditório com a própria história da informática: a pessoa responsável pelo primeiro programa de algoritmos computacional do planeta é uma mulher, a condessa Ada Lovelace. Eram mulheres também as oito dezenas de programadoras responsáveis por desvendar as falhas operacionais do ENIAC (Electronic Numerical Integrator and Computer – computador integrador numérico eletrônico), o primeiro computador digital eletrônico do mundo, desenvolvido na Universidade da Pensilvânia (EUA). A fim de resolver as equações necessárias ao funcionamento do sistema, elas promoviam o remanejamento manual de cabos. Na época, o trabalho relacionado à programação era integralmente executado por mulheres, e os homens atuavam

na montagem física das peças (hardwares). À medida que a operação de códigos e programas foi adquirindo relevância e valorização por parte da comunidade intelectual, os homens passaram a executar esta tarefa.

Essa divisão sexual do trabalho, que distingue os trabalhos que são considerados de homens e de mulheres, promovendo uma hierarquia, na qual os trabalhos das mulheres são invisibilizados e sub-remunerados, está presente ainda hoje no campo da produção tecnológica. Além de tentativa de inserir num papel secundário as mulheres desenvolvedoras de códigos e programação, oculta-se todo o trabalho superexplorado das mulheres montadoras de circuitos eletrônicos nos grandes polos de produção industrial.

O sistema capitalista, que tem como pedra angular a divisão sexual do trabalho⁴, empenha-se em apropriar o desenvolvimento das tecnologias e do conhecimento comum, buscando impor preços para a sua utilização.

Até mesmo a oferta de ferramentas gratuitas está vinculada aos termos de adesão, nos quais, em letras miúdas e linguajar meandroso, as empresas impõe que os usuários abram mão de sua privacidade. Assim, grandes corporações como o Google e o Facebook tentam controlar e lucrar com informações pessoais daqueles que usam a internet, aproveitando-se de dados dos históricos de buscas e das redes de relações interpessoais para promover anúncios direcionados⁵.

Para além da incômoda publicidade, o perigo do

4 FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, Economia e Política*. São Paulo: SOF, 2014.

5 ASSANGE, Julian et. all. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013

armazenamento de dados consiste no controle e gerenciamento de conteúdo e na espionagem em massa da população. Se antes a espionagem procurava alvos específicos, hoje todos e todas que usam meios digitais têm sua vida exposta a empresas e governos. Isso significa uma maior capacidade de domínio da população e aumento da criminalização dos movimentos sociais divergentes.

As ferramentas que deveriam servir à integração e à comunicação servem ao lucro daqueles que se aproveitam da extração desenfreada de minérios para construção de circuitos eletrônicos, da imposição de patentes e do monitoramento da informação.

Para combater essa lógica que trata as pessoas enquanto mercadorias, o movimento hacker atua em rede pela circulação livre do conhecimento através da cooperação e dos códigos livres. A colaboração enquanto estratégia de sobrevivência é uma prática que está intimamente ligada aos princípios do feminismo. É nesse sentido que o protagonismo das mulheres no campo da tecnologia tece suas redes e ganha força.

Iniciativas como o Espaço Ada, que incorporou a Cryptorave de São Paulo com uma programação feita por e para mulheres, e como o DeepLab, um congresso de cyberpesquisadoras feministas em San Pittsburg (EUA), demonstram que o poder da auto-organização forja relações capazes de destruir as imposições do capitalismo a partir da construção de novas narrativas e práticas.

Cabe ressaltar que, novamente, a proposta de uma cultura hacker não se restringe às especialistas da área, ao contrário: trata-se da adoção de mecanismos cotidianos de segurança e compartilhamento por toda a comunidade

utilizadora de tecnologia, incitada através da difusão coletiva de saberes. A popularização da criptografia⁶ e de outras ferramentas de tecnologia livre é essencial para frutificar nossas resistências ao poder do mercado, pois encarece o custo das grandes corporações para rastrear e controlar máquinas, pessoas e movimentos políticos. Transformar as redes digitais em instrumentos que potencializam a criatividade humana faz parte de semear uma cultura feminista. E que esta cultura feminista deve estar baseada no fortalecimento de laços, em resposta à exposição indevida de mulheres, à violência sexista virtual e ao machismo escancarado propagado nas redes. Estas mudanças na atenção sobre as mulheres inseridas nos processos de formulação cultural não é uma exclusividade da tecnologia, mas sim uma constante que, felizmente, se repete, em suas devidas especificidades, nas variadas áreas de atuação.

A literatura, por exemplo, por muito tempo foi compreendida como um dom daqueles que possuem inspiração e lirismo suficientes para tal – não por coincidência, quase sempre homens brancos e burgueses. Porém, com as mudanças no tempo e nos paradigmas literários, este ponto de vista excludente entrou em choque com ideias que questionavam o sujeito universal da escrita e a existência de talentos e dons, valorizando a prática e a técnica de forma mais democrática.

A partir daí, a literatura se torna também um elemento fundamental para a criação e emancipação das mulheres.

⁶ A criptografia é um conjunto de técnicas de transmissão de informações confidenciais surgida há mais de 3000 anos. Através da transformação de uma mensagem em códigos decifráveis apenas pelo seu emissor e receptor, garante-se que o sigilo não seja rompido no percurso da comunicação. Na informática, a criptografia é utilizada para resguardar a privacidade dos usuários, sendo uma importante ferramenta de defesa da internet livre.

Através dela, mulheres como Carolina Maria de Jesus denunciam, relatam e, principalmente, compartilham experiências como mulheres no mundo. Muitas são as mulheres escritoras ou pesquisadoras da área que, apesar de seu gosto pela leitura, pouco se veem acolhidas e representadas nos universos literários criados pelos grandes autores, homens brancos da elite brasileira ou de países europeus.

Isso significa que, mais uma vez, não basta apenas narrar mulheres se esta narrativa partir unicamente do ponto de vista do escritor homem, mas sim unir as amplas possibilidades da literatura às múltiplas realidades percebidas pela ótica das mulheres, que por viverem em um sistema desigual, possuem outra perspectiva sobre personagens, mas também sobre outros aspectos como o tempo, o espaço, a história, o trabalho e as emoções. Por isso, o incentivo à criação e difusão da literatura produzida por mulheres é necessário para ampliar as possibilidades de encontro entre as vidas vividas, as narradas e as desejadas pelas mulheres de diversas partes do mundo.

A literatura, prosa ou poesia, possui um potencial muito grande, que se intensifica quando o acesso à leitura é ampliado nas esferas da educação e das políticas de democratização da cultura. Mas às mulheres na literatura não cabe apenas ler personagens femininas impactantes e não-submissas, ou compreender-se nas linhas escritas por outras mulheres que, sendo exceções à regra, ousaram escrever há algumas décadas. Cabe também produzir nova literatura a partir da contemporaneidade e, para isso, questionar os modelos literários que ainda persistem, como a ideia de que a literatura seja uma atividade solitária, ou seja, que tanto o ato de ler como o de escrever sejam realizados por indivíduos sozinhos.

Os movimentos de cultura têm provado, no entanto, que essa afirmação não é universal, porque a literatura pode ser coletiva desde sua concepção até sua difusão.

São exemplos disso as oficinas e clubes de escrita orientados por mulheres, que criam juntas exercícios literários, propostas e produções finais de múltiplas autorias. Também os saraus se fortalecem muito nos últimos anos, com coletivos ou dinâmicas regulares, como é o caso do Sarau das Rosas, do projeto Cooperifa e do Sarau do Binho, entre tantas outras iniciativas do gênero nas periferias da cidade. Os saraus reúnem a população da região para convivência e declamação de literatura ou música própria ou de companheiras/os. São importantes porque afirmam que ao povo também cabe a poesia, e que os espaços coletivos podem ser inspiradores e girar uma dinâmica cultural própria, muitas vezes mais interessante que os produtos culturais enlatados das grandes empresas de comunicação.

Mas para que estes espaços sejam realmente transformadores, é necessário que haja liberdade para a voz das mulheres. Outras iniciativas igualmente relevantes na cidade de São Paulo são as cenas do rap, do funk e do graffiti, nas quais a batalha das mulheres pela igualdade possui novas perspectivas. Tratando-se de manifestações culturais periféricas e marginalizadas pelos “gostos” das elites, muitas vezes acabam por receber o rótulo de machistas em essência. Essa leitura, além de rasa, é uma armadilha, pois, à medida que invisibiliza o trabalho das rappers, funkeiras e grafiteiras, também aparta o machismo presente nas várias expressões culturais que recebem o aval positivo das elites. Assim, cria-se a falsa ideia de que existe uma “cultura boa” e uma “cultura ruim”, excluindo-se o

alcance estrutural e sistêmico do patriarcado sobre as formas culturais.

Na música, estas mulheres são cada vez mais presentes, com repertórios muitas vezes feministas e antirracistas, abordando temas como o combate à violência sexista e à violência do Estado, questionando os padrões de beleza e de comportamento hegemônicos e se opondo ao controle de seus corpos e sua sexualidade. A música “Negras em Marcha”, da rapper Luana Hansen, é exemplo vivo de como o intercâmbio entre o movimento feminista e as mulheres produtoras de cultura gera frutos bonitos e com enorme potencial de mobilização política. Concebida exclusivamente para a Marcha das Mulheres Negras, manifestação organizada nacionalmente na Semana da Consciência Negra, a música propõe as pautas do movimento feminista antirracista a partir da retomada da memória como ancestralidade.

No graffiti, as mulheres enfrentam duplamente o desafio de ocupar os espaços majoritariamente masculinos: os muros e as ruas. Não é raro que as pessoas de maior influência no graffiti sejam homens, e as mulheres sejam reconhecidas apenas como suas parceiras, tendo seus trabalhos inclusive apagados. Se as grafiteiras precisam ainda disputar o espaço dos muros com homens que as menosprezam e as ridicularizam enquanto mulheres e artistas, é também porque a elas é negado o direito à cidade, às ruas e ao espaço público, onde essa arte é produzida. O graffiti feminista é portanto uma forma de ocupar as ruas e subverter a limitação feminina ao espaço doméstico através de uma arte que só faz sentido fora de casa. É também uma maneira de ocupar as noites, negadas mais ainda às mulheres pelos riscos à segurança e à integridade de seus corpos e suas vidas.

A coletividade também é uma chave nesses casos, pois garante o combate ao machismo na cena do graffiti e também a segurança das grafiteiras quando estão em ação nas ruas. Estes conceitos também se expressam em trabalhos conjuntos, realizados por mais de uma artista ao mesmo tempo, em parcerias e propostas de artes que dialogam ou se complementam em um mesmo muro. As iniciativas colaboram no fortalecimento das mulheres enquanto grupo de ação artística e política, em uma proposta que põe em prática o feminismo na cidade e proporciona novos olhares, perguntas e respostas a todas e todos que por ela transitam.

A proposta irreverente de uma batucada feminista, com a qual a Marcha Mundial das Mulheres ocupa as ruas Brasil afora é mais uma forma singular e coletiva de multiplicar e fortalecer as vozes das mulheres. Os instrumentos reciclados, confeccionados pelas próprias militantes como forma de questionar a divisão do trabalho e promover uma relação mais harmoniosa com a natureza; a criação coletiva das músicas e palavras de ordem; e a participação em atos e intervenções políticas garantem que as mulheres se apropriem de todas as etapas da elaboração cultural. Trata-se de uma forma de ação política direta que promove a unidade e a solidariedade entre as mulheres, levando o feminismo aos olhares e aos ouvidos das ruas.

UMA PERSPECTIVA GLOBAL DA CULTURA FEMINISTA

O pensamento hegemônico tenta impor uma concepção de cultura desalinhada da relação com a natureza, como se os seres humanos fosse completamente independentes dela. Da mesma maneira, a ideologia patriarcal cria dualidades entre

corpo/intelecto e razão/emoção, não apenas diferenciando, mas opondo esferas que fazem parte de um mesmo conjunto. Essa polarização também está presente quando a sociedade atribui papéis diferenciados e desiguais entre “lugares de homem” e “lugares de mulher”, com base em falsas universalidades. Normalmente, associa-se a figura do homem à cultura e a intelectualidade e a figura da mulher à natureza.

Uma das faces de uma cultura feminista revela a importância de se entender a cultura a partir de uma perspectiva global e anti-sistêmica. Nesse sentido, o plantio e preparo dos alimentos como expressões culturais imprescindíveis. Se, por um lado, é preciso reafirmar todos os dias que o lugar das mulheres não se reserva apenas à cozinha e aos afazeres domésticos, por outro, também renegar o papel da culinária para a cultura oculta os mecanismos de sustentabilidade da vida.

A acumulação predatória da terra pelas grandes companhias agrícolas, que exploram o solo, secam rios, destroem a biodiversidade, reduzem o leque de alimentos e enchem os pratos de veneno obriga a reflexão acerca da produção e consumo dos alimentos e a difusão de práticas contra hegemônicas. No desenrolar da história, foram as mulheres que estiveram, anônimas, à frente de batalhas contra a privatização da natureza e em defesa dos bens comuns. Reafirmar a atualidade desta luta é dar voz a formas de organização da economia que extrapolam a lógica do mercado e promovem uma relação harmoniosa com a natureza, como a economia solidária e as práticas agroecológicas.

Diante das redes mundiais de comida pronta e industrializada, o alimento produzido pelo povo representa a

sua identidade e resistência. As culinárias típicas se utilizam de ingredientes, modos de preparo, macetes e “segredos” próprios das regiões, integrando os saberes culturais e enfrentando a colonização imperialista. O recente caso da Bolívia é para nós inspirador: a grande rede McDonald’s faliu no país porque não conseguiu que seus hambúrgueres universais competissem com o gosto da população pelos sabores regionais. A cozinha é um espaço compartilhado que sustenta a vida, e as mulheres são protagonistas desta luta abrindo caminhos: a todas as pessoas, homens e mulheres, cabe o lugar do preparo do alimento, para que a todas as pessoas, novamente, caibam todas as múltiplas e infinitas possibilidades nos tempos da vida.

Quando se trata da produção cultural, as mulheres estão sistemática e historicamente excluídas e sub-representadas. Por isso, recuperar as narrativas de todas aquelas que se insurgiram contra a ordem através de suas canetas, pincéis, lentes, vozes e colheres são passos imprescindíveis no caminho de desconstrução do patriarcado. Ainda, compreendendo as desigualdades existentes entre as próprias mulheres, enegrecer a cultura feminista torna-se tarefa urgente para se contrapor a um sistema que tenta emoldurar e obter lucros de nossas manifestações culturais.

Portanto, incentivar a propagação de uma cultura feminista pressupõe a transformação não apenas do conteúdo divulgado pelas meios de comunicação hegemônicos, mas a reestruturação da forma através da qual as obras geralmente são concebidas. É necessário repensar a divisão dos trabalhos tendo em vista a construção de redes de solidariedade e de apoio, baseadas tanto em alianças com produtores de uma cultura subversiva, quanto na construção coletiva da autonomia das

mulheres, baseada na auto-organização. E é por perceber que através da cultura é possível movimentar, ainda mais, o mundo, que voltamos nossos sentidos às manifestações das mulheres nas trilhas que ainda se seguem, e neste percurso nos somamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASSANGE, Julian et. all. Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet. Tradução Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013

BECHDEL Test Movie List. Disponível em: <<http://bechdeltest.com>>. Acesso em 15/12/2015

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. Espaço e Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Annablume, n. 43-44, 2004.

FALUDI, Susan. Backlash: o contra-ataque na guerra não-declarada contra as mulheres. 2001.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (Org.). Feminismo, Economia e Política. São Paulo: SOF, 2014.

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa. A cara do cinema nacional. UERJ, 2014.

LAUZEN, Martha. The celluloid ceiling: Behind the scenes employment of women on the top 250 films of 2013. Centre for the Study of Women in Television and Film. San Diego University: San Diego. CA, 2014.

REES, Dee, COOPER, Nekisa. Pariah. 2011

THAYNÁ, Yasmin. KBELA. 2015.

SOBRE AS AUTORAS:

Carla Vitória é estudante de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Integra a equipe técnica da SOF, onde realiza atividades de formação e articulação com mulheres sobre temas relacionados à feminismo, cultura, juventude, cyberativismo e movimentos sociais. Fez parte da organização da primeira Virada Feminista da cidade de São Paulo. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Helena Zelic é graduanda em Letras na Universidade de São Paulo, onde pesquisa discurso e mídias voltadas para mulheres. Integra a equipe técnica da SOF, exercendo atividades relacionadas à cultura e à comunicação. É ilustradora e coordena a seção de literatura da Revista Capitolina. É militante da Marcha Mundial das Mulheres de São Paulo e participa de seu coletivo de comunicadoras nacional.

Patricia Hill Collins é uma socióloga norte americana da Universidade de Maryland (EUA), cuja pesquisa aborda a construção dos sistemas de poder compreendidos a partir da interseccionalidade entre raça, classe e gênero. Na década de 90, seu livro *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment* [Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Política do Emponderamento] ganhou prêmios renomados pela significância curricular em temas de gênero e igualdade social, sendo amplamente utilizado em mais de 200 cursos universitários. No ano de 2008 foi a primeira mulher eleita presidente da *American Sociological Association* [Associação de Sociologia Norte Americana], e ocupa a cadeira de professora emérita na Universidade de Cincinnati.

Renata Moreno é formada em Ciências Sociais, mestre em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC, e doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo. Integra a equipe técnica da SOF desde 2005. Com Nalu Faria, organizou publicações da SOF como os Cadernos Sempreviva “Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres” (2010) e “Análises feministas: outros olhares sobre a economia e a ecologia” (2012). Integra a Rede Economia e Feminismo (REF) e a coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres.



ISBN 978-85-86548-26-0



9 788586 548260